

**COMUNISTAS E PRÓ-OCIDENTAIS:
ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE
O DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE-AMERICANO
E OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS,
1960-1961***

Fábio Baqueiro Figueiredo **

Em 11 de novembro de 1975, os portugueses se retiraram de Angola, após quatro séculos de presença colonial. Solução única e esdrúxula no contexto da descolonização, a antiga metrópole transferiu a soberania do território para “o povo de Angola”, e não para uma autoridade constituída.¹ O governo provisório, formado alguns

* Este artigo é uma versão resumida do Trabalho de Conclusão do Curso em História, apresentado à Universidade Federal da Bahia em 2005, sob a orientação do professor Dr. Valdemir Zamparoni. A pesquisa original foi realizada no contexto de um semestre de estudos na Howard University, em Washington, Estados Unidos, em um intercâmbio promovido pelo Programa “A Cor da Bahia”, ao qual expresseo meu sincero agradecimento. A pesquisa de arquivo sofreu as limitações comuns a essas situações, o que se reflete no enfoque privilegiado sobre uma única série documental, composta por despachos diplomáticos enviados das embaixadas e consulados estadunidenses no exterior (principalmente de Luanda e Lisboa), bem como telegramas e memorandos, arquivados pelo Departamento de Estado, em Washington, e classificados pela própria instituição como referentes ao nacionalismo em Angola. Obviamente, a consulta a outros fundos documentais teria sido de grande proveito, mas tempo e recursos escassos impuseram, como é de praxe, importantes limites a este trabalho. Ainda assim, acredito ter sido possível desenvolver algumas linhas de análise sobre o início da relação entre a diplomacia norte-americana e os movimentos angolanos de libertação, que se tornaria um dos mais sensíveis pontos de tensão da guerra fria na década subsequente. Gostaria ainda de agradecer os apoios de várias ordens concedidos pela Fundação Clemente Mariani e pela Casa das Áfricas, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

** Mestrando em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia.

¹ Um movimento militar havia derrubado a ditadura salazarista em Portugal, em 25 de abril de 1974. Para enfoques divergentes do processo de descolonização que se seguiu: António Costa Pinto, *O fim do império português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização*, Lisboa,

meses antes para dirigir o processo de independência, composto por representantes dos três principais movimentos nacionalistas, além de delegados do governo revolucionário português, havia praticamente desvanecido. O controle militar das principais cidades decidiu-se a favor do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), em grande parte em virtude do apoio das populações urbanas. Expulsa da capital, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) passou a concentrar forças no norte, enquanto a União para a Independência Total de Angola (UNITA) reunia seus combatentes no planalto central. Ambos os exércitos iniciaram a marcha em direção a Luanda com o intuito de ocupá-la na data estipulada para a transferência da soberania. Naquele momento, as duas organizações contavam com o apoio financeiro estadunidense, além do ativo envolvimento da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), na logística das operações. O apoio militar direto, em armas e homens, ficou a cargo de aliados locais: África do Sul e Zaire.²

Por sua vez, o MPLA invocou a ajuda militar de Cuba (que já havia treinado alguns de seus guerrilheiros no Congo-Brazzaville, em 1965) e da União Soviética. Enquanto os soviéticos optaram pelo treinamento de uma divisão de elite, fora do território angolano, de modo a evitar a proliferação de seu pessoal no campo de operações antes da data formal da independência, os cubanos enviaram grupos de instrutores e montaram campos de treinamento em Angola. Diante da escalada

Horizonte, 2001, e Norrie McQueen, *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*, Mem Martins, Inquérito, 1998. Uma análise cuidadosa e presciente da situação política das independências das colônias portuguesas foi elaborada, ainda em fevereiro de 1975, por Joseph C. Miller, “The politics of decolonization in Portuguese Africa”, *African Affairs*, 74, 295 (1975), pp. 135-47.

² A FNLA formou-se em 1962 pela fusão da União das Populações de Angola (UPA), fundada em 1956, com organizações menores. A UNITA foi constituída a partir de uma dissidência da FNLA, em 1966. O MPLA foi formado a partir de uma mobilização nacionalista difusa em Luanda e em seu entorno, em ligação com angolanos que passaram por uma formação universitária em Portugal. Embora o movimento afirme datar de 1956, a data mais provável é 1960. Ver John A. Marcum, *The Angolan revolution*, Cambridge, MIT, 1978, v. I: “The anatomy of an explosion” (1950-1962); Jean-Michel Mabeko-Tali, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Nzila, 2001; Marcelo Bittencourt, *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*, Lisboa, Vega, 1999, e *Ibidem*, “‘Estamos juntos’: o MPLA e a luta anticolonial, 1961-1974”, (Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002).

do conflito, o apoio militar ao MPLA foi tremendamente reforçado no espaço de alguns dias, com a decisão cubana de enviar tropas especiais por via aérea. O controle da capital foi assegurado pelo MPLA, que pôde salvar, assim, a recém-proclamada República Popular de Angola, e lutar pelo reconhecimento internacional, que veio aos poucos. O impasse militar, entretanto, perdurou por muito tempo. Na segunda metade da década de 1980, as participações militares estrangeiras de ambos os lados foram retiradas, mas uma guerra civil cruenta e intermitente, que opunha o governo do MPLA à guerrilha da UNITA, prolongou-se até 2002.³

Este artigo pretende contribuir para a discussão de como esse quadro de alianças chegou a se formar. A questão de fundo é entender os motivos pelos quais os movimentos nacionalistas angolanos nunca lograram unificar-se, como queria boa parte dos atores políticos africanos, incluindo aliados estratégicos dos movimentos rivais, ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Um dos principais fatores explicativos reside na determinação do sistema internacional bipolar da guerra fria. Essa determinação, no caso da África e também no da Ásia, tendeu a se confundir e a se conformar a outra distinção: a dos governos que defendiam uma descolonização completa e os que propugnavam uma relação privilegiada com as antigas metrópoles, ou com o chamado Ocidente, de forma geral. Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, marcou o início de uma conjugação internacional de esforços, no sentido de escapar ao sistema bipolar da Guerra Fria por parte de antigas colônias, lideradas inicialmente pela Índia. Apesar de em princípio recusar o alinhamento automático dos novos países a qualquer um dos lados em oposição, a Conferência de Bandung e os encontros regionais menores que se seguiram a ela tiveram uma conotação de aguda denúncia contra as diversas manobras de caráter neocolonial encampadas pelas antigas potências co-

³ Piero Gleijeses, *Conflicting missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2002, pp. 230-372. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, seguido pela Suécia e pelo Conselho Mundial de Igrejas. O improvável apoio brasileiro foi analisado por José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*, Brasília, EdUnB, 1996, pp. 158-83.

loniais européias e pelos Estados Unidos. Por outro lado, os conteúdos políticos e ideológicos envolvidos nas polarizações ao longo desses dois eixos podiam ser razoavelmente discrepantes – como exemplo, basta lembrar que uma das preocupações de alguns expoentes do chamado socialismo africano será evitar a luta de classes, quando não afirmar a inexistência de classes nas ex-colônias do continente.⁴ A forma pela qual essas duas fronteiras puderam ser identificadas como equivalentes é um tema a ser explorado, mas a desconfiança com a qual a diplomacia de uma das superpotências, os Estados Unidos, brindou as iniciativas que, mais tarde, seriam chamadas de “neutralismo positivo” ou de “não-alinhamento” é algo a ser desde já considerado.

No caso angolano, o problema pode ser colocado, em termos gerais, da seguinte forma: se o enquadramento fornecido pela guerra fria determinou a natureza conflituosa da história, desde a independência, de que maneira, já no estourar da luta armada de libertação nacional, em 1961, os atores internos ocuparam, nesse quadro, posições opostas e irreconciliáveis? Mais especificamente, de que forma uma das superpotências em campo, os Estados Unidos, escolheu apostar todas as suas fichas em uma das organizações nacionalistas angolanas e combater de maneira aguerrida e persistente as articulações políticas e diplomáticas do movimento rival?

A pergunta parece admitir uma resposta imediata, a julgar pelo grosso do comentário jornalístico e mesmo por uma série de trabalhos acadêmicos: o MPLA teria, desde o início, uma inspiração comunista explícita, seria o aliado estratégico da União Soviética em Angola, e a política externa americana teria sido praticamente forçada a oferecer seu apoio à UPA, de forma a evitar a instauração de um regime pró-soviético no Atlântico Sul, em um contexto geopoliticamente desfavorável, representado pela vitória da revolução cubana, em 1959.⁵

⁴ Valdemir Zamparoni, “Notas sobre classe em África”, in “Entre ‘narros’ e ‘mulungos’: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890-c.1940”, (Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998), pp. 364-87. Um estudo cuidadoso sobre os componentes ideológicos da descolonização africana foi feito por Yves Benot, *Ideologias das independências africanas*, Luanda, INALD, 1981.

⁵ Sobre os temores estadunidenses em relação ao regime revolucionário cubano, ver Gleijeses, *Conflicting missions*, pp. 12-29.

Parte da produção acadêmica sobre a política externa norte-americana em relação à África vem em reforço desta hipótese. Parece ser consenso entre os especialistas que a África sempre foi uma região periférica para a diplomacia dos Estados Unidos, e que as intervenções no continente foram em geral concebidas como respostas pontuais a ameaças de expansão da presença soviética.⁶ Assim, a tardia criação do Escritório para Assuntos Africanos do Departamento de Estado (1958) é vista como um reflexo da percepção estadunidense de que a descolonização poderia criar situações de instabilidade a serem aproveitadas pelos soviéticos, e não como resultado de interesses específicos no continente.

Para Peter Schraeder, interessado em construir um modelo global que desse conta das tendências de continuidade e ruptura no âmbito das políticas norte-americanas para a África, o caso de Angola seria paradigmático. Afirma ele:

Em resumo, o elemento crucial que empurrou [os Estados Unidos d]a América na direção de um envolvimento na guerra civil não foi a identificação com os objetivos de um grupo guerrilheiro particular, ou mesmo um interesse em Angola. Ao contrário, o fato de que a União Soviética se alinhara com uma das facções da guerrilha foi o fator decisivo que tornou o conflito de Angola uma crise, e que, portanto, pavimentou o caminho para o apoio dos Estados Unidos à FNLA e à UNITA.⁷

Em um dos poucos artigos publicados no Brasil sobre a guerra civil angolana, Maria Guadalupe Moog Rodrigues corrobora a versão de Schraeder:

Os Estados Unidos apoiaram Portugal durante todo o período da guerra de libertação. (...) Só quando a independência se tornou um processo irreversível é que a CIA começou a apoiar a FNLA e, posteriormente, a UNITA. Os dois movimentos eram vistos como opções mais favoráveis aos interesses americanos que o MPLA, um movimento socialista apoiado pela URSS.⁸

⁶ Por exemplo, Peter J. Schraeder, "Speaking with many voices: continuity and change in U.S. African policies", *The Journal of Modern African Studies*, 29, 3 (1991), pp. 373-412, e Crawford Young, "United States policy toward Africa: silver anniversary reflections", *African Studies Review*, 27, 3 (1984), pp. 1-17.

⁷ Schraeder, "Speaking with many voices", p. 388.

⁸ Maria Guadalupe Moog-Rodrigues, "As relações Estados Unidos – Angola: estudo do processo decisório na crise angolana", *Estudos Afro-Asiáticos*, 19 (1990), p. 201, n. 7.

Para esses autores, que escreveram no início da década de 1990, o envolvimento do governo dos Estados Unidos com a crise angolana só teria começado após o fim da ditadura portuguesa, e, acima de tudo, o primeiro movimento teria sido soviético. Ora, desde as investigações do Congresso norte-americano, em 1976, sobre as atividades clandestinas da CIA no Congo-Léopoldville e em Angola, um envolvimento estadunidense com a UPA/FNLA, datado de 1961, já vinha sendo apontado.⁹ Se nos concentrarmos nos anos de 1960 e 1961, quando a luta armada foi deflagrada em Angola, veremos que as coisas são um tanto mais complicadas.

Em primeiro lugar, porque, embora a maioria dos dirigentes do MPLA de fato nutrisse fortes simpatias pelo comunismo, e alguns se assumissem enquanto comunistas, a ligação da organização com a política externa soviética, ou mesmo com o chamado “comunismo internacional” não era, em 1961, tão sólida quanto poderia parecer à primeira vista.

A começar pela metrópole: o Partido Comunista Português (PCP) encarou a questão colonial de diversas formas ao longo de sua história. Na década de 1920 o partido defendeu tanto uma relativa “bolchevização” das colônias, no quadro de uma futura República Socialista dos Sovietes de Portugal, quanto a sua venda pura e simples, com vistas ao financiamento da agricultura e do comércio metropolitanos. Por discrepantes que fossem, nenhuma das duas posições concebia a possibilidade da independência. Embora aderissem em tese à palavra de ordem anticolonial da Internacional Comunista, os militantes portugueses invocavam a “incultura” dos africanos como obstáculo prático à emancipação. A política de frente ampla, a partir de meados da década de 1930,

⁹ O papel da CIA em Angola foi tratado em primeiro lugar por René Lemarchand, em “The C.I.A. in Africa: how central? how intelligent?”, *The Journal of Modern African Studies*, 14, 3 (1976), pp. 401-26. Em 1978, após demitir-se da CIA, John Stockwell relatou sua experiência como chefe da força de intervenção norte-americana em 1975. Uma tradução está disponível como *A CIA contra Angola*, Lisboa, Ulmeiro, 1979. No ano seguinte, Stephen Weissman aprofundou a discussão em “CIA overt action in Zaire and Angola: patterns and consequences”, *Political Science Quarterly*, 94, 2 (1979), pp. 263-86. Um estudo cuidadoso que enfoca o envolvimento estadunidense em Angola desde 1961 é o de Thomas J. Noer, *Cold War and black liberation: the United States and white rule in Africa, 1948-1968*, Columbia, University of Missouri Press, 1985, esp. pp. 61-95.

representou um passo atrás mesmo para esse anticolonialismo tímido: o partido passou a subscrever a tese salazarista da unidade nacional entre a metrópole e os territórios ultramarinos. Se o fim da Segunda Guerra assistiu a um recrudescimento da retórica anticolonial do PCP, isso não impediu, entretanto, que o partido apoiasse, nas eleições presidenciais de 1949, o nome de Norton de Matos, um dos principais artífices do moderno colonialismo português.¹⁰ Mesmo com o avançar da década de 1950, a posição do PCP sobre o “problema ultramarino” permaneceu ambivalente. Conquanto reconhecesse o direito à independência das colônias, subordinava qualquer movimentação nesse sentido à luta pela derrocada da ditadura na metrópole, opondo-se à formação de organizações nacionalistas, com base em uma alegada falta de condições objetivas para o trabalho de massas nas colônias. Essa orientação foi alterada apenas em 1957, no V Congresso do PCP, quando o fim da ditadura na metrópole e a independência das colônias foram dissociados enquanto causa e efeito. Ainda assim, nas eleições presidenciais do ano seguinte, o partido se conformou em advogar a primazia dos esforços civilizatórios sobre as preocupações econômicas na política africana de Portugal, assim como o reforço de “laços de amizade e cooperação” com o ultramar.¹¹

Ora, em novembro de 1955 havia sido fundado, em Luanda, o Partido Comunista Angolano (PCA), por iniciativa de Ilídio Machado, Viriato da Cruz, António Jacinto e Mário António Oliveira, oriundos do Movimento Novos Intelectuais de Angola (MNIA). Devido à fria recepção que a idéia de um partido comunista recebeu nos meios emancipacionistas luandenses, foram criadas outras agremiações, de duração mais ou menos efêmera, mas que contribuíram para pôr na ordem do dia a questão da luta pela independência. Os estatutos do PCA, baseados nos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seriam mais

¹⁰ Governador-Geral de Angola entre 1912 e 1915, Ministro das Colônias por um curto período em 1915, Alto-Comissário para Angola entre 1921 e 1923, Norton de Matos afastou-se do governo e do empreendimento colonial após a implantação da ditadura, em 1926.

¹¹ José Freire Antunes, *O império com pés de barro: colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1980, pp. 67-8 e 79-90; Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999, pp. 80-4.

tarde rejeitados pelos comunistas portugueses. O PCA tinha ainda a especificidade de dispor de um único quadro com credenciais comunistas sólidas: Viriato da Cruz, responsável pela formação política dos demais.¹²

Em fins de 1955, Viriato foi enviado a Lisboa, a fim de estabelecer uma ligação com os militantes nacionalistas na metrópole, preparar o terreno para um contato posterior, a ser feito por Ilídio Machado, e emigrar para algum país da Europa ocidental, onde poderia atuar com mais liberdade. Já em Paris, procedeu à ampliação dos quadros do PCA, “depois de se ter certificado que nós não éramos membros do PCP”, destaca Lúcio Lara, que seria mais tarde um dos fundadores do MPLA. Assim como em Luanda, houve resistências na Europa quanto à conveniência de um partido comunista no âmbito da luta anticolonial, e o projeto do PCA foi suspenso, fosse por falta de adesões ou pelo próprio curso dos acontecimentos posteriores.¹³ A desconfiança em relação ao PCP, entretanto, permaneceu um dado importante na história da constituição do MPLA. Em outubro de 1959, por exemplo, um dirigente comunista lusitano procurou Mário Pinto de Andrade – importante intelectual angolano e presidente do MPLA a partir de sua fundação, em 1960 – em busca de contatos com nacionalistas em Portugal, oferecen-

¹² Mateus, *A luta pela independência*, pp. 54-7; Lúcio Lara, “[O grupo que criou o Partido Comunista Angolano]”, in *Documentos e comentários para a história do MPLA (até fev. 1961)* Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 64-70; Mário de Andrade, “Sur la première génération du MPLA: 1948-1960: Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)”, *Lusotopie*, (1999), pp. 185-221.

¹³ Lara, “[Em Setembro de 1956 realiza-se em Paris o 1º Congresso de Escritores e Artistas Negros]”, in *Documentos e comentários*, pp. 72-80. Marcum, *The Angolan revolution*, v. I, pp. 27-30, defende uma identidade estrita entre o PCA e o MPLA. Essa interpretação baseia-se em artigos de Mário Pinto de Andrade, publicados entre setembro de 1960 e 1962, além de comentários em jornais comunistas portugueses, franceses e soviéticos do mesmo período. Essas fontes insistem no ano de 1956 como a data de fundação do MPLA, assim como em seu caráter decididamente marxista. A partir de 1964, o PCA foi excluído da narrativa oficial, o início da mobilização foi antecipado para 1953, e o enfoque passou a ser sobre o caráter inclusivo e amplo dessa corrente nacionalista. Já em 1982, em entrevista a Christine Messiant, Mário de Andrade reconheceu que essas versões surgiram da necessidade de disputar com a UPA a legitimidade de falar em nome do nacionalismo angolano, e que o MPLA, apesar de ser um projeto de Viriato da Cruz desde 1956, só se tornou realidade em 1960. Os altos e baixos da ênfase no marxismo certamente têm relação com as fontes de apoio de que o MPLA dependia ou que buscava cultivar em cada período. Andrade, “Sur la première génération du MPLA”, pp. 186-7.

do “uma ajuda ‘fraternal’, sem intromissões: ajuda técnica, nomeadamente publicação de documentos destinados aos nossos países”. E foi exatamente Viriato da Cruz, o único comunista do PCA, quem se opôs a essa colaboração.¹⁴

Em resumo, se os intelectuais que viriam a fundar o MPLA nutriam, de fato, simpatias pelo comunismo enquanto ideologia, o PCP era visto com grande reserva, em razão de suas atitudes históricas face ao “problema colonial”. Há indicações de que os comunistas portugueses buscaram, desde 1957, alguma aproximação com os nacionalistas angolanos, mas as primeiras evidências de uma cooperação efetiva datam apenas de 1962, no caso da fuga de Portugal para o Marrocos de duas lideranças: Agostinho Neto, médico angolano, preso em 1960, e mais tarde presidente do MPLA, e Vasco Cabral, veterano guineense da militância anti-salazarista e quadro do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC).¹⁵

Em segundo lugar, a rede de alianças tecida pelos dois movimentos nacionalistas operando em Angola no início da década de 1960 não permitia distinguir claramente uma oposição estrita do tipo comunismo *versus* ocidente. Em termos de alianças internas, os dirigentes do MPLA procuraram dar à organização um caráter amplo, que reunisse forças variadas, à esquerda e ao centro, em prol da luta conjunta pela independência. Nessa frente ampla, deveriam caber, por exemplo, mestiços e mesmo brancos nascidos na terra que abraçassem a causa nacionalista – grupos que em geral conformavam os estratos médios da sociedade colonial.¹⁶ A

¹⁴ Mateus, *A luta pela independência*, pp. 89-90; *Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara*, Paris, 23/10/1959; *Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara*, [s.l.], 29/10/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 201-3 e 212-22.

¹⁵ Embora a fuga em massa de estudantes de Portugal para a França, em 1961, seja por vezes atribuída aos comunistas, já não há dúvida de que a operação foi orquestrada pela CIA, com o apoio operacional de uma organização ecumênica, fundada por protestantes franceses, o Serviço Ecumênico de Auxílio Mútuo (*Service Oecuménique d’Entraide* – CIMADE), e a anuência do Conselho Mundial de Igrejas. Mateus, *A luta pela independência*, pp. 109-11.

¹⁶ Bittencourt, *Dos jornais às armas*; Tali, *Dissidências e poder de Estado*; Mário Pinto de Andrade, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Dom Quixote, 1997. Essa abertura do MPLA aos brancos e mestiços deve ser relativizada. Por um lado, a conveniência de camuflar ou assumir publicamente seus dirigentes mestiços foi um dos argumentos mais debatidos por ocasião do primeiro grande cisma do MPLA: a saída de Viriato da Cruz, em 1963 (Tali, *Dissidência e poder de Estado*, pp. 78-89; Bittencourt, “Estamos juntos”, pp. 195-211). Por outro, o

UPA, por seu turno, enfatizando o conceito de personalidade africana, preocupava-se em enquadrar principalmente os camponeses negros – e acusava continuamente o MPLA de ser um movimento de elite, composto por mestiços e assimilados, sem contato real com a massa da população. Nesse caso, a tradição africana era invocada como uma profissão de fé explicitamente anticomunista, o que talvez tenha capturado as simpatias da política externa norte-americana.¹⁷ Se, por um lado, a recusa do MPLA em adotar um argumento baseado na distinção de raça como cavalo de batalha da luta anticolonial podia ser percebida como um reflexo da formação ou das simpatias marxistas dos principais quadros do movimento, por outro lado era uma indicação relevante de que a composição do governo e da máquina burocrática sob o MPLA tenderia a comportar uma gama mais ampla de setores sociais, com predominância dos estratos médios, devido ao acúmulo de capitais simbólicos e políticos adquiridos ao longo da experiência colonial.

Em termos externos, os apoios iniciais do MPLA no campo africano foram disputados palmo a palmo com a UPA. Não parece ter havido, nesse caso, uma clivagem entre os regimes mais “radicais” e os mais “moderados”, como eram classificados pela diplomacia estadunidense. De ambos os lados da linha, surgiam tanto apelos de unidade entre os dois movimentos quanto apoios explícitos a um deles. Em 1960, a Guiné-Conacri assumiu o papel de principal suporte do MPLA. É

reconhecimento da participação de brancos era nesses primeiros anos objeto de delongadas considerações, como em fins de 1959 foi o caso de Ruth Lara e de José Carlos Horta, que vinham colaborando há algum tempo na causa nacionalista. Cf. “Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara”, Berlim, 13/10/1959; “Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz”, Frankfurt/Main, 26/10/1959; “Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara”, [s.l.], 29/10/1959; “Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade”, Frankfurt, 14/11/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp.185-96, 206-10, 212-22 e 228-33.

¹⁷ *A Voz da Nação Angolana*, 2, 15-30/09/1960, apud Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o inimigo* (Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978), v. II: “Os movimentos de libertação nacional”, p. 171; *Revista de Imprensa*, 11/12/1962, apud Bragança e Wallerstein, *Quem é o inimigo*, v. I: “Anatomia do colonialismo”, pp. 154-5; Marcum, *The Angolan revolution*, Cambridge, MIT, 1978, v. II: “Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)”, p. 32. O estatuto legal de “assimilado” (à cultura europeia) podia ser alcançado por negros africanos através do cumprimento de uma série de requisitos, que incluíam falar e escrever corretamente o português, vestir-se à europeia, usar talheres, etc. O termo também podia referir-se a um estrato social que, mesmo não pertencendo à categoria legal, vivia nas cidades em torno da economia colonial, como funcionários de baixo escalão na administração ou empregados do setor privado.

verdade que o país era um dos principais focos de preocupação para os responsáveis pela política externa dos Estados Unidos, assim como para as antigas metrópoles. O regime de Sékou Touré era tido como um dos mais radicais em toda a África, por sua afiliação militante aos princípios do neutralismo positivo, pela insistente denúncia das manobras neocoloniais da França pela rádio de Conacri e por sua movimentação diplomática na Organização das Nações Unidas (ONU).¹⁸ Mas a mesma Guiné já havia servido de plataforma ao líder da UPA, Holden Roberto.¹⁹ Ademais, dentre os principais apoios de Roberto estava a Gana de Kwame Nkrumah, um dos mais destacados defensores do pan-africanismo, e que buscava, junto com a Guiné de Sékou Touré, a formação de uma aliança política e diplomática africana contra o neocolonialismo, materializada em experiências efêmeras, mas não por isso menos importantes, como a União Guiné-Gana, em seguida a União Guiné-Gana-Mali e a constituição do bloco de Casablanca.²⁰

A Frente de Libertação Nacional da Argélia (*Front de Libération Nationale* – FLN), que sustentava havia anos uma guerra de guerrilha contra a ocupação francesa, mostrou-se inicialmente interessada nos nacionalistas que fundariam mais tarde o MPLA. Na II Conferência de Escritores e Artistas Negros, realizada em Roma, em abril de 1959, Frantz Fanon, importante intelectual caribenho que aderira à revolução argelina, propôs-se treinar nos campos da FNL onze jovens angolanos. Entretanto, esse primeiro destacamento não pôde ser organizado, pois a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) desencadeou nesse mesmo ano uma grande operação de repressão, que resultou no encarceramento da maior parte dos militantes nacionalistas. Segundo o depoimento irônico de Lúcio Lara,

Antes da [Segunda] Conferência [Pan-Africana, em Túnis, 1960], Fanon manifestou-nos um certo desapontamento por não termos conseguido

¹⁸ Benot, *Ideologia das independências africanas*, pp. 213-23.

¹⁹ “Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara”, Paris, 09/12/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 290-2.

²⁰ A Conferência de Casablanca reuniu-se entre 4 e 7 de janeiro de 1961 para discutir a situação do Congo-Léopoldville e, durante algum tempo, representou a “África progressista”. Benot, *Ideologia das independências africanas*, pp. 230-3; Immanuel Wallerstein, “Left and Right in Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, 9, 1 (1971), pp. 1-10.

trazer os 11 jovens, como propusera em Roma, e disse que assim ia engajar-se mais com os de Léopoldville (UPA). (...) A inoperacionalidade por causa das prisões, que Fanon não compreendeu e em que talvez não tenha acreditado, fez com que nos considerasse “gente da cidade” e logo daí deduzisse que a UPA de Holden é que “estava ligada às massas”... afinal, de Léopoldville.²¹

A FLN, mais tarde governo da Argélia independente, tendeu a distribuir seu apoio entre os dois movimentos, insistindo sempre na necessidade de cooperação e, mesmo, de fusão das duas organizações nacionalistas. O fato de a Argélia ter sido encarada como uma ameaça pelo governo dos Estados Unidos, a partir da visita a Cuba do primeiro presidente argelino, Ahmed Ben-Bella, não parece ter abalado a relação de confiança entre o Departamento de Estado e Holden Roberto.

Um outro grande inimigo do Ocidente contava-se entre os mais importantes apoiadores da UPA: o primeiro *premier* do Congo-Léopoldville, Patrice Lumumba, que conseguira incorrer na ira das potências do norte de tal modo que nada menos que quatro serviços secretos receberam a incumbência de matá-lo.²² Foi, em parte, devido ao apoio de Lumumba que Roberto conseguiu estabelecer uma base sólida para sua organização em Léopoldville, de onde pôde aproveitar a extensa fronteira com o norte de Angola.

Por sua vez, o suporte direto da União Soviética ao MPLA só veio a se tornar expressivo muitos anos mais tarde, já no final da década de 1960. É verdade que havia um apoio diplomático importante no âmbito da ONU e de seu Conselho de Segurança, mas este suporte era fornecido à luta contra o colonialismo e o imperialismo como princípio, e não ao MPLA em particular. O primeiro contato com uma organização soviética, por exemplo, primava pela incipiência:

A questão do [professor] Poth. [Pothekine] é o seguinte – Ele escreveu, como deves estar recordado, ao Mário, falando-lhe na criação da “Assoc.

²¹ Lara, “A Conferência de Tunes” in *Documentos e comentários*, p. 335; cf. Basil Davidson, “Sobre o nacionalismo revolucionário: o legado de Cabral”, in *Continuar Cabral: Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de janeiro de 1983*, [s.l.] (Grafedito/Prelo – Estampa, 1984), pp. 101-2.

²² Ludo De Witte, *The assassination of Lumumba*, Londres e Nova York, Verso, 2002.

Soviet. pour l'amitié avec les peuples d'Afrique" – 14, R. Kalinine, Moscou. Nessa carta (circular) de 10/6/59 pedia ao Mário que os pusesse em contacto com homens de cultura, organizações sindicais culturais, de massa, de juventude e outras da terra (do M.). O Má respondeu em 17/IX/59 por teu intermédio, pedindo “pessoalmente indicações acerca do modo como eles encaravam a amizade”.²³

Além da desconfiança expressa por Mário Pinto de Andrade, comparável aos cuidados observados em relação ao PCP, convém notar que o contato não reverteu em nenhum tipo de vantagem para os nacionalistas. Eles efetivamente retomaram a correspondência com a associação, pleiteando uma bolsa de estudos para um jovem que havia deixado Portugal e se encontrava sem meios de se manter na Europa, mas a resposta foi (“infelizmente”, segundo o professor russo) negativa.²⁴

Qualquer tipo de relação institucional com outros países comunistas também só foi estabelecida depois de 1960, resultando em grande medida da intermediação da Guiné-Conacri. No caso da China, pode-se seguir a periodização proposta por Steven Jackson.²⁵ De 1961 a 1963, um apoio pouco mais do que retórico foi oferecido a ambos os movimentos nacionalistas, com ênfase na necessidade de frente unida entre o MPLA e a UPA/FNLA. Lúcio Lara destaca a aproximação dos militantes nacionalistas com a embaixada da China em Conacri já em 1960, cujo principal resultado foi uma viagem “de estudos e amizade”, da qual participaram dois dirigentes do MPLA, em agosto.²⁶ Após o cisma sino-soviético e a revolução cultural, Beijing partiu em busca de organizações dispostas a encampar a defesa pública dos princípios maoístas, flertando alternadamente com o MPLA e a FNLA, até se decidir pela UNITA. À intensa “maoização” desta entidade, entretanto, não correspondeu um aumento muito vultoso dos recursos chineses. Entre 1970 e 1973, com o

²³ “Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz”, Frankfurt/Main, 10/12/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 292-5.

²⁴ “Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara”, Paris, 09/12/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 290-2. A partir de dezembro de 1960, a situação de Angola passou a ser tema de periódicos russos especializados, que se baseavam principalmente, como percebeu Marcum (*The Angolan revolution*, v. I, pp. 27-30), nas declarações de Mário de Andrade.

²⁵ Steven F. Jackson, “China’s Third World foreign policy: the case of Angola and Mozambique, 1961-93”, *The China Quarterly*, 142 (1995), pp. 388-422.

²⁶ Lara, “Visita à China”, in *Documentos e comentários*, p. 524.

esforço para restabelecer relações diplomáticas regulares com o mundo não-comunista, inclusive com os Estados Unidos, a diplomacia chinesa procurou manter-se nas pegadas da política africana, insistindo na necessidade de união entre todos os movimentos nacionalistas, mas canalizando recursos a cada momento para a entidade que gozasse do favor da Organização da Unidade Africana (OUA), ou de parceiros regionais. A princípio, o MPLA foi o principal beneficiário, mas, em fins de 1973, com a deterioração da situação militar e organizacional do movimento, a China passou a apostar mais fortemente na FNLA. Finalmente, uma quarta fase, iniciada em 1974 e dominada pelo combate à influência soviética na África, resultaria no alinhamento chinês à FNLA e à UNITA, e, por improvável que fosse, à África do Sul. O volume dos recursos destinados aos movimentos nacionalistas angolanos foi irrisório nas duas primeiras fases, cresceu durante a terceira e alcançou seu maior montante durante o quarto período descrito acima. Em outras palavras, o auxílio efetivo da China ao MPLA, nos primeiros anos da década de 1960, se resumiu a propaganda interna, algum apoio nos fóruns internacionais e contribuições materiais pontuais.²⁷

O apoio dos países do chamado bloco oriental, como a República Popular da Alemanha e a Tchecoslováquia, embora mais constante, era, entre 1960 e 1961, da mesma natureza. Um exemplo ilustrativo: as primeiras armas obtidas pelo MPLA, em janeiro de 1961, foram algumas pistolas doadas pelos tchecos, destinadas obviamente não ao combate, mas à segurança dos dirigentes.²⁸

De forma semelhante, o primeiro apoio cubano ao movimento esteve vinculado à defesa do governo revolucionário estabelecido no Congo-Brazzaville, em 1963. Em agosto de 1965, pouco mais de uma centena de cubanos desembarcaram de um cargueiro soviético em Pointe Noire, principal porto do país. Além de treinar e municiar uma milícia popular congoleza, concebida como um contrapeso ao poder do exército convencional e da polícia, de forma a reduzir a possibilidade de um golpe militar, os cubanos treinaram diversas colunas do MPLA destina-

²⁷ Jackson, "China's Third World Foreign Policy", esp. pp. 393-4.

²⁸ Lara, "Visita de Viriato da Cruz à Checoslováquia e à RDA", in *Documentos e comentários*, p. 536.

das a entrar em território angolano, forneceram armas e peças de artilharia e chegaram a participar de escaramuças em Cabinda. Com o fim da missão cubana em Brazzaville, entretanto, o apoio militar ao MPLA foi descontinuado.²⁹ Apenas em 1975, às vésperas da independência, cubanos e angolanos se encontrariam novamente.

John Marcum resume a competição por apoio internacional entre MPLA e FNLA no início de 1963. Aponta uma vantagem do MPLA junto ao Brasil, aos demais movimentos de libertação das colônias portuguesas, aos países afro-asiáticos e ao que chama de “bloco soviético”; um empate na ONU e junto à oposição democrática portuguesa (da qual o PCP era uma parte importante); e uma pequena vantagem da FNLA junto ao dito “bloco ocidental”. No conjunto dos países industrializados e nos países africanos, o autor indica uma divisão no apoio às duas organizações.³⁰ Marcum talvez exagere a indecisão do “bloco ocidental”: apesar dos esforços de Agostinho Neto em reverter a oposição pública e privada dos Estados Unidos desde sua nomeação como presidente do MPLA, em 1963, e de uma certa hesitação do Departamento de Estado diante dessa iniciativa, o conjunto da produção historiográfica sugere que o apoio norte-americano a Roberto não chegou a ser contestado.

Se, de 1963 a 1965, já se percebe um padrão de apoios aos movimentos nacionalistas angolanos mais bem definidos em termos do conflito leste-oeste, entre 1960 e 1961 uma análise estratégica da situação por parte dos diplomatas norte-americanos, feita da forma racional e pragmática supostamente usual nessas situações, levantaria sérias dúvidas acerca da confiabilidade da UPA enquanto aliado capaz de gerir o Estado de uma possível Angola independente, bem como sobre as supostas lealdades soviéticas do MPLA. No entanto, os responsáveis pela política externa estadunidense muito rapidamente decidiram-se quanto às posições ocupadas pelas organizações nacionalistas rivais: ao final de 1961, o MPLA já era qualificado de “comunista” ou “de inspiração

²⁹ Gleijeses, *Conflicting missions*, pp. 160-84.

³⁰ Marcum, *The Angolan revolution*, v. II, pp. 9-27. Dentro do bloco ocidental e dos países industrializados, o MPLA era claramente o escolhido dos países escandinavos, desde meados de 1961. Ver Tor Sellström, *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, 1999, v. I: “Formation of a popular opinion (1950-1970)”, pp. 367-438. Também Mateus, *A luta pela independência*, pp. 115-52.

comunista” e percebido como uma ameaça a ser combatida de todas as formas, enquanto a UPA era decididamente “pró-ocidental”. A sucessão de situações específicas ao longo da qual essas categorizações chegaram a se tornar pressupostos para decisões estratégicas das autoridades norte-americanas será abordada a seguir.

Aproximações

Uma das atribuições do consulado dos Estados Unidos em Luanda, em 1960, era acompanhar a repressão deslanchada no começo do ano anterior pela polícia política portuguesa contra os militantes nacionalistas que agiam na clandestinidade, produzindo e distribuindo panfletos que incitavam, mais ou menos abertamente, à revolta contra a ocupação colonial. Tal interesse era em parte justificado pelo fato de que um dos 58 presos era um marinheiro com cidadania estadunidense, Francisco J. Hernandez.³¹

Enquanto a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa procurava influenciar o rumo dos acontecimentos, pressionando o governo português a levar adiante o julgamento ou a libertar Hernandez antes que sua detenção se tornasse uma *cause célèbre* na imprensa internacional, o cônsul estadunidense em Luanda, William G. Gibson, trabalhava no sentido de reunir informações detalhadas não só sobre o destino de seu concidadão, mas também sobre o dos demais acusados no “processo dos 50”, nome pelo qual a operação repressiva ficou conhecida mais tarde. Entre visitas de rotina a Hernandez, na prisão, e telefonemas de cortesia a agentes da PIDE, o consulado se empenhava em avaliar a verdadeira extensão da mobilização nacionalista em Angola, assim como suas possíveis ligações com partidos ou governos comunistas.³²

³¹ National Archives II, Department of State, Central Files (doravante DS/CF), 753N.00/2-2460, *Department of State Instruction to the United States Embassy in Lisbon*, CA-6871, 24/02/1960. As abreviaturas foram, sempre que possível, escritas por extenso (“AmEmb” para “Embaixada dos Estados Unidos”, “Deptel” para “Telegrama do Departamento de Estado”). No caso de linguagem telegráfica, optou-se por preencher as lacunas para facilitar a leitura do texto traduzido.

³² DS/CF, 753N.00/1-460, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 141, 04/01/1960; DS/CF, 753N.00/1-2960, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 169, 29/01/1960; DS/CF, 753N.00/2-1660, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 184, 16/02/1960; DS/CF, 753N.00/2-1760, *Foreign Service Despatch, United States*

As autoridades portuguesas não se fizeram de rogadas e prontamente apontaram conexões entre acusados e “atividades comunistas” em Portugal. Segundo o inspetor interino da PIDE, pelo menos três presos eram membros do PCP ou haviam-se envolvido no passado com o partido na metrópole.³³ Os nacionalistas presos, por seu lado, pretendiam explorar politicamente seu julgamento, aproveitando a repercussão jornalística e o ambiente institucional para denunciar os abusos da administração colonial, responsabilizando o governo português pela prática disfarçada de discriminação racial e, em última análise, pelo próprio surgimento de uma oposição clandestina.³⁴

A estratégia da defesa comprovaria sua eficácia, se não no objetivo de aliviar a severidade das penas, pelo menos no de criar um acontecimento político claramente desfavorável à administração colonial portuguesa.³⁵ Nesse momento, entraram em cena outros atores norte-americanos: em 8 de março, o diário *The New York Times* publicou em uma pequena nota os resultados da visita a Angola, entre 5 e 10 de fevereiro, de Frank Montero e William Scheinman, membros do Comitê Americano para a África (*American Committee on Africa – ACOA*).³⁶ Esta organização havia sido fundada em 1953, por George M. Houser, um dos pioneiros da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, como um grupo de pressão constituído para apoiar as ações do Congresso Nacional Africano (*African National Congress – ANC*) contra o regime de *apartheid* na África do Sul. Logo sua abrangência foi ampliada para todo o continente africano.³⁷ Sua estratégia

Consulate in Luanda, 188, 17/02/1960; DS/CF, 753N.00/3-1260, *Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State*, 38, 12/03/1960.

³³ DS/CF, 753N.00/1-460, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 141, 04/01/1960.

³⁴ DS/CF, 753N.00/2-1660, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 184, 16/02/1960. Cf. depoimentos de Agostinho Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), António Dias Cardoso, Carlos Alberto Van-Dúnem e Gabriel Leitão, presos, e Diógenes Boavida, que foi um dos advogados do processo, em Mateus, *Memórias do colonialismo e da guerra*, pp. 9-26, 127-40, 193-212, 261-76 e 255-60.

³⁵ Conforme o julgamento do próprio cônsul, em DS/CF 753N.00/8-1260, *Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda*, 37, 12/08/1960.

³⁶ “Revolt in Angola is reported here”, *The New York Times*, 08/03/1960, p. 5. Um suposto documento militar português apresentado pelo ACOA apontava a infiltração maciça em Angola de material de guerra proveniente do bloco comunista, incluindo “armas atômicas leves”.

³⁷ George M. Houser, “American Committee on Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, 1, 3 (1963), pp. 378-88; Steven Metz, “The Anti-Apartheid movement and the populist instinct in

era apresentar a descolonização da África como inexorável e tentar forçar o governo dos Estados Unidos a se envolver ativamente no processo. Para isso, brandia a ameaça da perda da liderança no continente para o bloco comunista.

A reação da imprensa portuguesa e angolana à publicação da entrevista de Montero e Scheinman foi incrivelmente dura. Todos os jornais desmentiram de forma categórica as alegações, feitas pela dupla, de que o trabalho forçado e a opressão policial, aliados ao fermento da independência do Congo belga, prevista para 30 de junho, acarretariam em Angola um levante em larga escala ou uma série de ações armadas, possivelmente com armas fornecidas por países comunistas. Segundo a imprensa semi-oficial, simplesmente não havia descontentamento entre a população indígena que justificasse o temor. Algumas matérias chegaram a questionar a legitimidade de cidadãos norte-americanos levantarem acusações contra os portugueses em se tratando de relações raciais – “para o americano médio o homem branco não pode ser mais que o inimigo potencial do negro e a África é uma vasta cabana do pai Tomás”, escreveu um jornalista local em *A Província. O Comércio*, por sua vez, ecoou a nota exibida nos jornais de Lisboa, certamente como represália à entrevista de Montero e Scheinman, sobre um incidente ocorrido no dia 7 de março em Houston, Texas, quando jovens integrantes da *Ku Klux Klan* espancaram um negro com correntes e marcaram seu peito com um “K”.³⁸

As autoridades portuguesas, de modo geral, demonstravam ter muito pouca disposição para discutir seus assuntos coloniais, mesmo

American politics”, *Political Science Quarterly*, 101, 3 (1986), pp. 379-95; George W. Shepherd Jr., *Anti-Apartheid: transnational conflict and Western policy in the liberation of South Africa*, Westport, Greenwood, 1977. O grupo de Houser inaugurou, ainda na década de 1940, dois dos métodos de desobediência civil que se disseminaram a partir de 1961 e acarretaram a derrocada progressiva da segregação legal: o *freedom ride* (grupos mistos de brancos e negros que atravessavam, de ônibus, os estados do sul, desobedecendo às leis segregacionistas nas rodovias por onde passavam) e o *sit-in* (grupos mistos ou formados apenas por negros, que se sentavam em locais reservados a brancos em restaurantes e lanchonetes, recusando-se a sair quando ordenados). Ver August Meyer e Elliott Rudwick, “The first Freedom Ride”, *Phylon*, 30, 3 (1969), pp. 213-22; e Penina Migdal Blazer, “From the Old Left to the New: radical criticism in the 1940s”, *American Quarterly*, 24, 5 (1972), pp. 584-603.

³⁸ DS/CF, 753N.00/3-1260, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 38, 12/03/1960.

com aqueles que consideravam seus melhores aliados. No dia 11 de março, por exemplo, o cônsul estadunidense foi repreendido por telefone pelo diretor da PIDE: “ele ficou muito perturbado durante a conversa sobre a entrevista [de Montero e Scheinman], disse que não queria pôr todo americano sob suspeita de subversão, mas que a atitude dos dois havia sido muito equivocada”.³⁹ Um evento algo anedótico, que ilustra bem o estado de espírito dos dirigentes lusos, foi a conversa entre o Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, e Paulo Cunha, então Ministro do Exterior português: “quando o Secretário Dulles sugeriu um referendo nas províncias ultramarinas de Portugal, ele respondeu que os Estados Unidos deviam considerar fazer um referendo no Alabama ou no Mississippi”.⁴⁰

Era nesse contexto de confusão e troca de acusações que o Cônsul William Gibson tinha a delicada missão de sondar o terreno com cuidado, identificando os nacionalistas e suas inclinações ideológicas. A descrição detalhada do primeiro julgamento contra sete dos nacionalistas aprisionados pode ajudar a compreender a extensão e a natureza dos interesses do consulado em vista dessa espinhosa tarefa:

Em 25 de julho, começaram os julgamentos (...). A evidência de que o governo dispunha contra os sete consistia em panfletos escritos pelo grupo e testemunhos, escritos e orais, de membros da Polícia Internacional e [sic] de Defesa do Estado (PIDE). O promotor militar do governo assim como a PIDE em seus relatórios se referiram ao grupo como ‘comunista’, ou ‘de inspiração comunista’, mas não puderam oferecer evidências que consubstanciassem essa acusação.⁴¹

Em seu relato, o cônsul parece manter uma razoável suspeita acerca das alegações da promotoria sobre a inspiração comunista do nacionalismo angolano, e, especialmente, sobre a existência de uma articulação consistente entre os vários grupos que assinavam os panfletos. No

³⁹ DS/CF, 753N.00/3-1260, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 39, 12/03/1960.

⁴⁰ DS/CF, 753N.00/11-1860, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 129, 18/11/1960. Mississippi e Alabama são dois estados do sul que abrigam uma significativa população negra e eram locais de confronto no quadro da luta pelos direitos civis.

⁴¹ DS/CF, 753N.00/8-1260, “Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda”, 37, 12/08/1960.

mesmo documento, ele recorda que, desde 1959, a existência de inúmeros “grupos” e “organizações” vinha sendo reportada em Luanda. O fato de ambos os termos serem colocados entre aspas é um indicativo claro de sua percepção da natureza pouco estruturada dessas agremiações. Entretanto, Gibson não rejeitava a existência de uma conexão comunista estrangeira em relação a grupos ou indivíduos específicos. O cônsul demonstra estar interessado especialmente no PLUA (Partido para a Luta Unida de Angola), de Ilídio Machado, e no que ele percebia como seu sucedâneo, o MIA (Movimento para a Independência de Angola), que teria sido organizado pelo próprio Machado, após a dispersão do primeiro grupo, em meados de 1958. Dessa forma, é feita uma tentativa de rastrear as relações de Machado e do MIA:

Essa organização é acusada de tentar se comunicar com membros bem conhecidos da FRAIN, apoiada pelos comunistas, anteriormente conhecida como “Mouvement Anti-Colonialiste” Machado é acusado especialmente de tentar se comunicar com Lucio LARA e Mario Pinto de ANDRADE, ambos os quais se acredita serem comunistas.⁴²

A referência à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), ao lado dos nomes de Mário Pinto de Andrade, o primeiro presidente do MPLA, e Lúcio Lara, um de seus fundadores, introduz na trama uma movimentação que acontecia longe de Angola, principalmente em Portugal, na França e na Alemanha. A FRAIN era, de fato, o antigo Movimento Anti-Colonialista (MAC), e reunia nacionalistas oriundos de diversas colônias portuguesas, na África e também na Ásia, que estavam estudando ou haviam acabado de concluir sua formação universitária na Europa.

Seu principal propósito era denunciar o colonialismo português para o público ocidental, através de jornais e revistas europeus e africanos, e marcar presença em conferências internacionais, buscando influir em seus resultados. Foi precisamente durante a II Conferência Pan-Africana, em Túnis, em janeiro de 1960, que o MAC se converteu em FRAIN, por sugestão das delegações dos movimentos de libertação da

⁴² DS/CF, 753N.00/8-1260, “Foreign Service Despatch, United States Consulate in Luanda”, 37, 12/08/1960.

Argélia e dos Camarões. Ao contrário do movimento antecessor, formado por indivíduos, a FRAIN era composta por partidos ou outras organizações nacionalistas.⁴³ À conferência, um dos desdobramentos africanos da reunião de Bandung, compareceram Amílcar Cabral, da Guiné, Marcelino dos Santos, de Moçambique, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara, de Angola, e Hugo de Menezes, de São Tomé. Ali encontram Holden Roberto, com quem chegaram a assinar uma declaração conjunta. Roberto, que já havia participado da primeira conferência, realizada em Acra, em 1958, foi indicado para o comitê-diretor responsável pela preparação do evento seguinte.⁴⁴

Na Tunísia, foi tomada pela primeira vez uma resolução internacional condenando o colonialismo português em termos veementes. A embaixada estadunidense em Túnis, atenta aos desdobramentos da Conferência, apressou-se a informar o fato ao Departamento de Estado.⁴⁵ É verdade que os contatos feitos pelos militantes da FRAIN em Túnis incluíam, nas palavras de Lúcio Lara, “os principais países socialistas”, assim como os delegados da Frente de Libertação Nacional da Argélia, da União das Populações dos Camarões (*Union des Populations du Cameroun* – UPC), do ANC sul-africano, além de altos dignitários da Guiné e de Gana. Decididamente, muitos desses contatos não seriam bem-vistos pela diplomacia estadunidense. Não há nenhum indício, entretanto, de que os informantes da Embaixada dos Estados Unidos em Túnis houvessem tomado conhecimento dessas relações. Nenhuma referência ao MAC ou à FRAIN, nem mesmo às organizações que a integravam (PAIGC, MPLA e UPA), é encontrada neste telegrama. Resta, assim, o problema de saber sobre quais evidências o cônsul americano em Angola se baseou para qualificar a organização como sendo “apoiada pelos comunistas”, em sua descrição do julgamento dos sete nacionalistas, em julho do mesmo ano.

⁴³ Mateus, *A luta pela independência*, pp. 88-90.

⁴⁴ Cf. Lara, “A Conferência de Tunes”, in *Documentos e comentários*, pp. 334-8. Viriato da Cruz havia já tentado uma aproximação, por carta. “Carta de Viriato da Cruz a Holden Roberto”, Frankfurt/Main, 29/04/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, p. 84. Segundo Lúcio Lara, não houve resposta na ocasião.

⁴⁵ DS/CF, 753N.00/2-460, “Telegram from the United States Embassy in Tunis to the Secretary of State”, G-248, 04/02/1960. Ver também “Resolução da II Conferência dos Povos Africanos”, Túnis, 25-30/01/1960, apud Lara, *Documentos e comentários*, p. 345.

Nesse meio tempo, os integrantes do MPLA buscavam implantar um escritório em solo africano, terminando por se fixar em Conacri. O primeiro passo nesse sentido havia sido o estabelecimento, no ano anterior, de um integrante do MAC na capital da Guiné – enquanto médico, não enquanto nacionalista. Após se formar, o santomense Hugo de Menezes havia passado uma temporada em Londres, onde entrou em contato com o Comitê das Organizações Africanas (*Committee of African Organisations* – CAO), que reunia nacionalistas e estudantes africanos das colônias britânicas. Menezes buscou inserir a problemática das colônias portuguesas na luta mais geral pela descolonização africana e, desta forma, entrou em contato com Lúcio Lara. Enquanto escrevia relatórios sobre a triste figura que fazia o colonialismo português em termos de suas pretensões civilizatórias, acalentava a esperança de poder estabelecer-se na Guiné ou em Gana.⁴⁶ Ora, colocar “gente das colônias portuguesas” a trabalhar pela causa nacionalista em um desses países era um dos principais objetivos do MAC, em 1959. Lúcio Lara havia enviado em abril memorandos aos governos de Acra e Conacri, solicitando permissão para a abertura de um escritório oficialmente reconhecido em cada uma das capitais. Num primeiro momento, o contato com Gana pareceu oferecer melhores perspectivas, mas o ano se passou sem que houvesse resultados práticos.⁴⁷ De toda forma, pelo menos os mais diretamente envolvidos na correspondência viam com otimismo os acenos ganenses, uma vez que, em 18 de agosto, comunicaram a seus correligionários do MAC que “esta secção [da Alemanha Ocidental] tenciona transferir-se para o Gh. [Gana] dentro de dois meses o mais tardar”.⁴⁸

Ao fim de dois meses, entretanto, uma inconclusiva troca de cartas com o governo de Nkrumah deixara aos integrantes do MAC uma série de dificuldades burocráticas por resolver, de passagens a vistos de entrada. Dessa forma, quando diversos membros do MAC se encontra-

⁴⁶ “Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes”, Frankfurt/Main, 20/05/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 89-91. Através de seus contatos em Londres, Hugo de Menezes obteve um emprego em um hospital de Conacri. Ali, aderiu ao MAC.

⁴⁷ “Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara”, [s.l.], 10/08/1959; “Carta do MAC a Kwame Nkrumah”, Frankfurt/Main, 15/08/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 120-1.

⁴⁸ “Resposta de Lúcio Lara e Viriato da Cruz à acta enviada de Paris”, Berlim, 18/08/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 127-30.

ram em Túnis, vindos de locais diversos, para assistir à Segunda Conferência Pan-Africana, em janeiro de 1960, consideravam seriamente a possibilidade de abrir um escritório no Cairo ou na própria Tunísia, apesar da distância – física e cultural – da realidade das colônias portuguesas na África.⁴⁹ A receptividade demonstrada a partir de janeiro de 1960 pelo governo de Conacri resolveu a questão da sede do MAC, tornado FRAIN no decurso da conferência. Ali, os delegados enviados pela Guiné ouviram Mário de Andrade ler, de forma ligeiramente modificada, um documento que já havia chegado às mãos do Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores da África Negra (*Union Generale des Travailleurs d’Afrique Noir* – UGTAN), o guineense Diallo Seydou.⁵⁰ Seydou buscara confirmar as informações fornecidas pelos “trabalhadores de Angola” junto a Hugo de Meneses, que ocupava o posto de médico em um hospital da capital. Isso e as aproximações feitas junto a Sékou Touré por Amílcar Cabral, no retorno de sua falhada missão de recrutamento de guerrilheiros em Angola, provavelmente fizeram com que o governo da Guiné se decidisse por acolher, imediatamente após a conferência, Viriato da Cruz e o próprio Cabral, que prepararam o terreno para o estabelecimento de um escritório da FRAIN, em julho, de modo que, quando finalmente o governo de Gana deu permissão de entrada a Viriato da Cruz e a Lúcio Lara, em fevereiro de

⁴⁹ Cf. “Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz”, Berlim, 24/10/1959; “Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara”, [s.l.], 29/10/1959; “Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz”, Frankfurt, 26/11/1959; “Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara”, [s.l.], 30/11/1959; “Credencial de Lúcio Lara para a Tunísia”, 06/12/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 206-10, 212-22, 246-52, 267-71 e 278-9. A Tunísia era considerada alinhada com o Ocidente sob a direção de Habib Bourguiba, que havia sido eleito presidente vitalício em 1959, após conduzir o país à independência, em 1956, com um projeto modernizador e uma agenda política desenvolvimentista e pragmática. Uma considerável ajuda financeira seria negociada entre Tunísia e Estados Unidos no início de 1961. Ver, por exemplo, DS/CF, 772.11/3-1761, “Memorandum from the Assistant Secretary of State for African Affairs to Secretary of State”, 17/03/1961; DS/CF, 772.11/4-1861, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Tunis”, 18/04/1961, apud *Foreign Relations of the United States* [doravante *FRUS*], 1961-1963, v. XXI: “Africa”. Os americanos podem ainda ser vistos servindo de escudo diplomático para a Tunísia ante a ira de seus antigos colonizadores, que suspeitavam (acertadamente, diga-se de passagem) que Bourguiba estivesse fornecendo armas à FLN argelina, em DS/CF, 772.56/1-3161, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Paris”, 31/01/1961, apud *FRUS*, 1961-1963, v. XXI: “Africa”.

⁵⁰ “Documento distribuído em Luanda em 1959”, apud Lara, *Documentos e comentários*, Anexo 16, pp. 672-7.

1960, as negociações com a Guiné já estavam adiantadas. Lara efetivamente foi a Acra, em fins de junho, em busca de apoio financeiro e suporte logístico para o funcionamento do escritório de Conacri, mas suas movimentações novamente não resultaram em nada concreto.⁵¹

Nada ou quase nada dessa movimentação parece ter sido percebida pela máquina consular estadunidense. A maior parte da correspondência entre o Departamento de Estado e postos diplomáticos em cidades que não Luanda, mesmo muito depois, demonstram uma quase completa ignorância sobre os desenvolvimentos relativos ao MAC, à FRAIN ou ao MPLA. Mesmo quando Mário de Andrade, o mais renomado membro das organizações de expatriados, é citado, seu nome é por vezes grafado incorretamente e fica absolutamente claro que as autoridades que escreviam os relatórios para o Departamento de Estado pouco mais sabiam sobre sua pessoa além do fato de que “se acreditava ser comunista”.

A embaixada em Léopoldville, por exemplo, refere-se à FRAIN no começo de 1961 como um “grupo nacionalista rival apoiado pelos comunistas”. A informação provém do líder da UPA, Holden Roberto, em pessoa. Ele tenta atribuir o ataque aos quartéis de 4 de fevereiro à liderança de “comunistas portugueses da organização rival Frain”. Em setembro, o presidente do MPLA é chamado de Marion d’ Andrade pela embaixada em Berna; a embaixada em Lisboa, por sua vez, apontava desde janeiro a necessidade de observar um certo nacionalista expatriado chamado Mario Trindade, que se acreditava estar em Conacri. A FRAIN ou o já então conhecido MPLA não são mencionados. O mesmo memorando trata da deportação do padre nacionalista Joaquim Pinto de Andrade, sem que se note que ele e Mário de Andrade eram irmãos, e sem que se acuse o sacerdote de ter inclinações comunistas.⁵²

⁵¹ Lara, “Estadia em Accra” in *Documentos e comentários*, p. 497; “Instalação do MPLA em Conacri”, in *Documentos e comentários*, pp. 520-4; “Carta de Lúcio Lara a Amílcar Cabral e Viriato da Cruz”, Casablanca, 07/02/1960, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 408-13.

⁵² DS/CF 753N.00/2-1561, “Foreign Service Despatch, United States Embassy in Leopoldville”, 15/02/1961; DS/CF 753N.00/2-1161, “Telegram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State”, 11/02/1961 (o termo “portugueses”, aqui, é usado por oposição a “africanos”, significando, portanto, “brancos”); DS/CF 753N.00/9-261, “Telegram from the United States Embassy in Bern to the Secretary of State”, 02/09/1961; DS/CF 753N.00/1-861, “United States Embassy in Lisbon”, “Memorandum of conversation”, 08/01/1961.

Infelizmente, o cônsul William Gibson, que parece ser o diplomata mais versado sobre esses assuntos, não nos informa quais eram as fontes sobre as quais ele se baseava para apontar a existência de um apoio comunista para a FRAIN, tampouco esclarece a quem se referia o sujeito indeterminado que acreditava que Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade eram comunistas.

A possibilidade de contatos entre os militantes nacionalistas no exterior e o ambiente de mobilização nacionalista em Angola havia sido duramente restringida pelas prisões de 1959 – que, aliás, continuaram a ocorrer ao longo de 1960. Antes disso, estabelecer contato já era perigoso e esporádico – vale lembrar que os termos da acusação contra Ilídio Machado mencionavam uma tentativa de contactar a FRAIN, e não um contato propriamente dito. Isso porque, quando Machado finalmente viajou a Lisboa, os indivíduos com os quais Viriato da Cruz tinha entrado em contato já haviam abandonado Portugal. A passagem de Amílcar Cabral à clandestinidade, após a Conferência de Túnis, reduziu ainda mais a possibilidade dessas ligações, uma vez que ele era o único integrante do núcleo duro do MAC com trânsito livre por Angola, na condição de engenheiro agrônomo. Além disso, não custa lembrar que, quando Ilídio Machado e seus companheiros foram presos, em 1959, a FRAIN ainda não existia. O MAC era então uma organização clandestina, estruturada em inúmeras e diminutas seções espalhadas por diversas cidades da Europa, não havia estatutos e seus princípios gerais haviam sido enunciados apenas verbalmente, como medida de segurança.⁵³

Dessa forma, é sumamente improvável que dados tão detalhados sobre a FRAIN pudessem ser obtidos em Angola pela inteligência local. É verdade que uma lista de nomes das pessoas que representaram Angola na II Conferência dos Povos Afro-Asiáticos em Túnis, em janeiro de 1960, havia sido fornecida por uma remessa consular proveniente da embaixada dos Estados Unidos em Túnis, no início de fevereiro. Mas dificilmente o corpo consular estadunidense na Tunísia teria

⁵³ Cf. “Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz”, Frankfurt, 02/12/1959, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 272-6.

condições de apontar os comunistas e os pró-ocidentais dentre a delegação angolana, da qual participara Roberto, mesmo que viesse a estar ciente dos contatos feitos na ocasião por cada delegado.

O mais certo é que o cônsul dos Estados Unidos se estivesse fiando, primariamente, em informações portuguesas para apontar a FRAIN como ponta de lança da infiltração comunista no movimento contra o colonialismo português em Angola. Informações que tanto podiam ser obtidas diretamente, através do (quase) sempre solícito diretor Aníbal Lopes, quanto por meio da embaixada em Lisboa. De fato, a PIDE observava, desde a década de 1940, os futuros membros do MAC e da FRAIN e o ambiente no qual eles se moviam em Portugal. Assim, tinha sempre à disposição um dossiê repleto de indicações de atividades subversivas, ligações escusas e, na maior parte dos casos, prisões. Do ponto de vista da repressão portuguesa, toda oposição era comunista ou de inspiração comunista – e o importante papel desempenhado por militantes comunistas clandestinos na seção juvenil do Movimento da Unidade Democrática (MUD-J), único espaço institucional em que a insatisfação política dos então jovens estudantes das colônias tinha alguma margem de manobra, certamente proveu as autoridades portuguesas de fortes argumentos no trabalho de convencimento de seus aliados estadunidenses.⁵⁴ Seria, portanto, resultado de infiltrações comunistas cada reivindicação autonomista ou cada simples questionamento do poder praticamente autocrático desfrutado pelos colonos em Angola. Em uma viagem ao sul da colônia, por exemplo, o cônsul ouviu do jovem governador do distrito de Moçâmedes, Tenente-Coronel José Luis Sales de Henriques de Brito, que:

(...) alguns dos africanos atualmente detidos pelas autoridades neste distrito ainda estão em comunicação com pessoas, que ele descreve como comunistas, em outros países. O governador Brito disse que a infiltração comunista representa um perigo para Portugal nos distritos do Congo,

⁵⁴ Dalila Mateus demonstra o grau de penetração que a polícia política tinha em meio aos estudantes das colônias em *A luta pela independência*. Para uma visão “de dentro” da PIDE, com ênfase na movimentação dos nacionalistas das colônias africanas, ver João Santos Fernandes, “A PIDE/DGS e a censura colonial”, in Rui Azevedo Teixeira (org.), *A guerra colonial: realidade e ficção: livro de actas do I Congresso Internacional* (Lisboa, Notícias, 2001), pp. 59-68.

Lunda e Cabinda. Ele foi bastante pessimista acerca da capacidade de Portugal de manter o *status quo* em Angola, mas acrescentou que se “nós portugueses deixarmos a África, seremos os últimos a fazê-lo”.⁵⁵

O governador tentava atrair o cônsul para sua posição: o comunismo era apontado como um dado relevante e sua origem externa, novamente afirmada – os distritos nos quais Brito apontava a ameaça comunista eram precisamente os que faziam fronteira com países independentes (na época, os dois Congos). Nas demais fronteiras, supõe-se, a retaguarda era defendida pelos regimes racistas da África do Sul e das Rodésias, ainda britânicas. Por outro lado, apontava a possibilidade real de uma Angola independente, mas vulnerável ao comunismo, e reafirmava a disposição portuguesa de lutar até o fim contra o possível advento do que ambos certamente vislumbravam como uma catástrofe estratégica no Atlântico Sul. O passo seguinte era a tentativa de comprometer mais ativamente os Estados Unidos com a política colonial portuguesa. A aliança entre ambos os países era considerada quase natural, uma vez que “a grande maioria do povo português era fortemente pró-americana, ainda que um certo número de jornalistas e intelectuais tivessem inclinações esquerdistas”. Mas o governador não se acanhou em fazer uma advertência. Segundo Gibson, Brito “sentia que a política dos Estados Unidos para a África era a de tentar permanecer neutros no conflito entre as nações emergentes e as potências coloniais. Ele antevê que, por meio desta política, os Estados Unidos perderão a amizade de ambos os lados”.

É a mesma linha apresentada por Paulo Cunha, antigo Ministro do Exterior, em visita a Angola:

Dr. Paulo Cunha afirmou que a política americana estava completamente equivocada e que não podíamos apoiar a independência de Estados na África porque isso só poderia levar a vácuos os quais a União Soviética estava mais que desejosa de ocupar. Disse que Portugal era o melhor amigo dos Estados Unidos na África e que devíamos estar cientes da importância de manter boas relações com Portugal e a vantagem

⁵⁵ DS/CF 753N.00/10-1060, “Foreign Service Despatch, United States Embassy in Leopoldville”, 90, 10/10/1960.

para os Estados Unidos em ter uma importante cabeça-de-ponte na África para combater a ameaça comunista.⁵⁶

Em outra ocasião, o Conselheiro Geral da embaixada estadunidense em Léopoldville, Robinson McIlvaine, fez uma visita a Luanda, aproveitando para retomar alguns contatos importantes. Teve a oportunidade de ouvir, do Secretário-Geral da administração colonial em Angola, Cruz Alvura, informações em primeira mão sobre os movimentos nacionalistas formados no exterior por expatriados:

Ele começou descrevendo o histórico de Roberto HOLDEN, um membro da UPA (*Union des Populations d'Angola* em francês ou *União das Populações de Angola* em português). Ele disse que Holden, um africano, teve muito pouco contato com Angola. Holden nasceu no Congo belga de pais angolanos. Ele pode ter vivido em Angola por algum tempo durante sua juventude, mas de resto sua vida se passou sempre fora desta província. Holden é descrito como capaz de falar uma língua angolana nativa assim como português, francês e inglês. Diz-se também que é um exímio escritor. O Secretário-geral afirmou que Holden é um amigo próximo do Dr. Kwame N'Krumah, presidente de Gana (grifos no original).⁵⁷

Embora não se trate aqui da acusação canônica de comunismo, persiste a noção de uma agitação concebida não só no exterior, mas, principalmente, por pessoas que supostamente teriam pouca relação com a experiência da realidade angolana – os panfletos, de procedência exógena, seriam introduzidos pela fronteira do “Congo ex-belga”, extensa e pouco vigiada. Os elogios à capacidade expressiva de Roberto, por sua vez, podem ser interpretados de duas maneiras. A primeira é como uma avaliação realista e respeitosa do porte do opositor a enfrentar. A segunda, talvez mais provável, é como uma construção discursiva que produz mais efeitos pelo que cala do que pelo que efetivamente diz. A imagem de um negro educado, poliglota, com domínio fluente da escrita é precisamente a imagem invertida do estereótipo colonial racista do negro – um estere-

⁵⁶ DS/CF, 753N.00/11-1860, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 129, 18/11/1960.

⁵⁷ DS/CF, 753N.00/10-1760, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 94, 17/10/1960.

ótimo estruturante das hierarquias coloniais portuguesas.⁵⁸ É possível que Cruz Alvura tivesse a expectativa de que ecoasse, também, com alguma força, nas idéias de raça que o seu interlocutor trazia de sua experiência estadunidense. Apesar da advertência, em fins de dezembro o cônsul estadunidense e seu colega francês concordavam que José Gilmore, pseudônimo usado por Holden Roberto, era o mais forte líder potencial de um movimento angolano antiportuguês.⁵⁹

É possível que esta posição estivesse relacionada ao afastamento do próprio Roberto em relação à FRAIN, organização com a qual a UPA havia assinado um termo de compromisso de luta comum, em janeiro de 1960, em Túnis. Ao mesmo tempo, ele pode ter sido constrangido a buscar alianças mais sólidas pelos desenvolvimentos da crise política que se vinha desenrolando no Congo desde a independência, e que naquele momento havia comprometido consideravelmente sua sustentação em Léopoldville. A estratégia do líder nacionalista parece ter sido a de buscar decisivamente o apoio dos Estados Unidos, para onde viajou no início de dezembro, a pretexto de assistir à Assembléia Geral das Nações Unidas. Em Washington, aproveitando a oportunidade, o reverendo Theodore Tucker, do Conselho Mundial de Igrejas, apresentou-o ao diretor executivo do Escritório para Assuntos da África Oriental e Austral do Departamento de Estado, William Wright, Jr., que fez o relato do encontro:

O senhor Tucker me explicou que Gilmore era o líder da UPA (União das Populações de Angola) com escritórios em Léopoldville. O senhor

⁵⁸ Basta lembrar que, na mesma conversa, Cruz Alvura justificou a morte, pela polícia, de dois africanos supostamente bêbados, devido à inexperiência do oficial encarregado, recém-chegado na colônia. “Não era em absoluto trabalho para a polícia; a autoridade administrativa, o *Chefe de Posto*, podia ter resolvido tudo de maneira fácil simplesmente esbofetando os africanos que estavam bêbados” (grifo no original). Ainda sobre a bofetada como instituto civilizatório, um panfleto assinado pelo MPLA afirmava que teria havido um massacre no Golungo Alto, porque um jovem havia ousado reagir a uma bofetada do chefe do posto. O consulado contesta a ocorrência do massacre, mas a cena é verossímil (DS/CF, 753N.00/8-3060, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 46, 30/08/1960). Lúcio Lara conta que, quando Agostinho Neto “foi preso a primeira vez e o polícia lhe perguntou ‘gentilmente’: ‘O senhor acha que nós somos racistas?’”, Neto respondeu ‘Acho!’ e logo apanhou uma forte bofetada” (Lara, “À guisa de nota à edição portuguesa”, in *Documentos e comentários*, p. 18).

⁵⁹ DS/CF, 753N.00/12-2860, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 151, 28/12/1960.

Tucker afirmou que Gilmore era um nacionalista genuíno mas moderado e anti-comunista, e que estava fazendo oposição ao movimento nacionalista angolano comunista conhecido como FRAIN. (...) O senhor Gilmore afirmou que os angolanos da FRAIN tinham sua base em Conacri, onde estavam em contato com os alemães orientais, e eram indubitavelmente comunistas. (...) Ele pareceu bastante conservador em seus pontos de vista e enfatizou o perigo de uma tomada comunista da África por conta do apoio comunista aos movimentos nacionalistas.⁶⁰

O encontro não ofereceu resultados imediatos: nenhum tipo de ajuda direta foi fornecida pelo Escritório para Assuntos da África Oriental e Austral à UPA. Entretanto, um contato cada vez mais próximo se desenvolveu, a partir de então, entre os diplomatas americanos e Roberto, fosse em Léopoldville, fosse nos Estados Unidos, que o nacionalista visitou mais uma vez em março do ano seguinte.

A estratégia portuguesa de identificar aos movimentos do comunismo internacional toda e qualquer reivindicação autonomista em Angola via-se, assim, comprometida, o que levanta questões interessantes para a compreensão do desenvolvimento da política norte-americana para com os movimentos de libertação. Por que razão a diplomacia dos Estados Unidos não manteve, em relação a Roberto, a mesma desconfiança com que tratou os demais nacionalistas angolanos, se os portugueses lançaram contra ele o mesmo conjunto de suspeitas? Por que motivo as acusações de inspiração comunista foram levadas a sério no caso da FRAIN e do MPLA, mas completamente refutadas no caso da UPA? A resposta a essas questões requer uma análise mais detalhada da origem e do tipo de evidência que as autoridades consulares norte-americanas utilizaram para chegar à conclusão de que a UPA era pró-ocidental e uma potencial aliada, e de que o MPLA era comunista – e, como tal, devia ser combatido por todos os meios.

Escolhas

Não é preciso insistir no fato de que a possibilidade de serem considerados comunistas pelo governo dos Estados Unidos não era um bom

⁶⁰ DS/CF, 753N.00/12-260, “Department of State, Memorandum of conversation”, 01-02/12/1960.

negócio para os nacionalistas angolanos, quaisquer que fossem suas simpatias político-ideológicas. Em fins de agosto de 1960, uma carta anônima, denunciando a repressão contra os militantes que promoviam a causa da independência, endereçada ao ditador português António Salazar, foi deixada às portas do Consulado dos Estados Unidos em Luanda. Uma nota endereçada ao cônsul comparava as aspirações do nacionalismo angolano à luta pela independência dos Estados Unidos, e fazia um pedido, algo ingênuo, de que o diplomata encaminhasse a carta para publicação em algum jornal estadunidense. Os termos do documento são bastante interessantes, assim como os comentários acrescentados pelo cônsul:

O escritor da carta qualifica de mentirosas as referências da imprensa portuguesa aos movimentos nacionalistas enquanto ‘comunistas’. Em uma frase da carta, entretanto, ele desliza para a terminologia da esquerda quando se refere à “ditadura imperialista” que diz representar a escravidão. A imprensa de Portugal e as autoridades portuguesas em Angola fazem efetivamente um uso liberal do rótulo “comunista” ao se referir aos opositores, tanto portugueses quanto estrangeiros, do regime e do *status quo* nos territórios ultramarinos portugueses. Parece haver pouca dúvida de que algumas das pessoas ativamente envolvidas na oposição ao governo português em Angola têm uma afiliação estreita a partidos comunistas em Portugal e no estrangeiro. (...) Embora o consulado não disponha de informações suficientes sobre grupos opositores expatriados tais como a FRAIN ou a UPA para fazer uma avaliação acurada de sua capacidade, parece lógico supor que a FRAIN, com dinheiro e suporte moral dos comunistas, esteja numa posição privilegiada em relação às demais organizações e disponha dessa forma das melhores oportunidades para obter um eventual controle dos esforços organizativos, clandestinos ou públicos, dos nacionalistas africanos e mulatos dentro de Angola.⁶¹

O fato de não dispor de informações suficientes acerca da FRAIN e da UPA para avaliar sua capacidade operacional não parece, para o

⁶¹ DS/CF, 753N.00/8-3060, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 62, 30/08/1960. A remessa está datada de 30 de agosto; no entanto o cônsul afirma no corpo do texto que a carta foi encontrada no dia 31, quando o consulado foi aberto ao público. Não foi possível determinar a razão dessa inconsistência.

cônsul, impedir que ele associe a primeira ao que acreditava serem os esforços insidiosos do comunismo internacional para desestabilizar o mundo livre. Como vimos, era fácil para os portugueses comprovar suas alegações de uma inspiração comunista para os membros da FRAIN. Era provavelmente mais difícil oferecer o mesmo tipo de evidência no caso dos militantes da UPA, em parte porque a atenção dos estadunidenses estava focada sobre a figura de Holden Roberto, e ele sempre vivera no Congo, a salvo, portanto, da observação continuada da polícia política portuguesa. É certo que Jonas Savimbi, então uma liderança ascendente na organização, havia vivido em Portugal, mas, embora afirmasse ter travado relação com Amílcar Cabral, nunca se envolvera de forma muito orgânica com a oposição democrática portuguesa. Se a PIDE não o via com bons olhos, também não parecia ter muita coisa contra ele.⁶²

A apreciação feita pelo cônsul sobre a terminologia para a qual a carta desliza é um exemplo interessante do tipo de evidência sobre as quais as autoridades norte-americanas se baseavam, ao avaliar a confiabilidade ou a ameaça representada por um dado ator político. De fato, entre meados do ano de 1960 e o fim de 1961, o Departamento de Estado dos Estados Unidos e seus postos diplomáticos coletaram uma série de evidências semelhantes.

Um exemplo é fornecido por um panfleto distribuído em Luanda, algumas semanas após a primeira incursão armada de nacionalistas angolanos, em 4 de fevereiro de 1961:

A tradução é auto-explicativa. O *timing* é relevante, tendo-se passado cerca de duas semanas desde os primeiros atos de violência relatados aqui. O vocabulário também merece interesse, especialmente em sua referência aos capitalistas e a armas americanas.

“(…) Já sabem os angolanos, agora, qual o caminho que conduzirá à sua independência, lutando gloriosamente contra os capitalistas de todo o mundo e ao lado dos seus irmãos de ideais”.⁶³

⁶² “Carta de Jonas Savimbi ao MPLA”, Friburg, 12/12/1960, apud Lara, *Documentos e comentários*, pp. 571-573. O personalismo extremo de Roberto é referido, por exemplo, por Marcum, *The Angolan revolution*, v. II, pp. 32-9 e *passim*.

⁶³ DS/CF, 753N.00/3-161, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 210, 01/03/1961. A utilização de material bélico fabricado nos Estados Unidos pela repressão portuguesa,

É importante observar que notas acerca do MPLA começaram a aparecer na correspondência entre os postos diplomáticos e o Departamento de Estado norte-americano logo após as primeiras referências à FRAIN. Por exemplo, um folheto, assinado pelo MPLA e distribuído na capital da colônia, acusava a polícia de uma série de atrocidades ocorridas numa área rural nas cercanias de Luanda, as quais foram consideradas pelo cônsul “exageradas, senão falsas”.⁶⁴ Todo um relatório é dedicado a esse folheto, e uma atenção especial é dada aos nomes ali contidos. Além do padre católico Joaquim Pinto de Andrade, o irmão de Mário Pinto de Andrade, e alguns outros nacionalistas que estavam, nessa altura, presos ou partindo para o exílio, o panfleto cita Agostinho Neto, que se tornaria o presidente do MPLA em 1962.

Quanto às pessoas mencionadas no final [do folheto], Dr. Agostinho NETO é um africano casado com uma mulher branca. Sua educação em uma universidade portuguesa foi paga pela missão metodista em Luanda. Ele aparentemente foi preso em diversas ocasiões em seus dias de universitário sob acusações de envolvimento em atividades comunistas. Ele e sua mulher foram deportados para Lisboa.⁶⁵

A Missão Metodista Angolana, que pagara a maior parte da educação superior de Agostinho Neto em Portugal, deu provas nesta ocasião de ser uma importante fonte de informação para o cônsul, que conversou com o reverendo Edgar Cooper sobre o futuro líder do MPLA.

Cooper disse que o Dr. Agostinho Neto, que vem da área do Catete, cursou a Faculdade de Medicina de Lisboa através de uma bolsa de estudos metodista. Durante seus estudos, Neto foi encarcerado diversas vezes na metrópole por se engajar em atividades políticas. Cooper afir-

incluindo bombas de *napalm*, era de conhecimento do Departamento de Estado; a opinião pública interna e as necessidades da diplomacia no âmbito da ONU levaram os Estados Unidos a restringir, a partir de então, sua política de fornecer armas e munições a esse seu parceiro na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A França assumiu com isso o papel de principal fornecedor de armas à ditadura portuguesa.

⁶⁴ DS/CF, 753N.00/8-3060, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 46, 30/08/1960.

⁶⁵ DS/CF, 753N.00/9-260, “United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch”, 66, 09/02/1960.

mou que ele é um ateu confesso e que os missionários acreditam que ele tem fortes inclinações comunistas.⁶⁶

O interessante vínculo entre ateísmo e comunismo provaria não ser irrelevante. Simetricamente, na frente contrária, seria afirmada uma relação causal entre cristianismo e opções políticas ocidentalizadas. Em setembro de 1961, um repórter da rede de televisão estadunidense ABC, do qual conhecemos apenas o sobrenome, Young, voltou de uma viagem de quatorze dias pelo território controlado pela UPA em Angola. Ao chegar a Nova York, fez um relato à missão diplomática dos Estados Unidos na ONU:

Young enfatizou reiteradamente a grande cordialidade em relação aos americanos demonstrada ao longo de toda a sua viagem (...). Ele descreveu que um grande número de nativos era cristão e que portanto partilhava de um ponto de vista basicamente pró-ocidental. (...). Ele perguntou às pessoas sobre suas visões acerca da democracia e do comunismo em várias ocasiões. Sua opinião era a de que elas sabiam pouco sobre qualquer um dos dois, mas que certamente não eram comunistas, e que, em qualquer caso, estavam voltadas para o ocidente.

Young disse que suas observações não respaldam a idéia de que os angolanos estejam usando táticas chinesas em hipótese alguma.⁶⁷

Infelizmente, é impossível avaliar a competência de um dado repórter de televisão acerca das táticas político-militares chinesas. Para justificar seus argumentos, Young afirmou que a guerrilha da UPA era extremamente desorganizada e que, portanto, não fazia uso de nenhum tipo de tática. Entretanto, por mais que ações militares específicas pudessem carecer de um melhor planejamento aos olhos do jornalista,

⁶⁶ DS/CF, 753N.00/10-1260, "Airgram from the United States Consulate in Luanda to the Department of State", G-6, 12/10/1960. Os missionários foram uma importante fonte de informações para o consulado estadunidense, por exemplo, nos desdobramentos do caso Montero-Scheinman. Em duas outras ocasiões (DS/CF, 753N.00/10-1060, "United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch", 89, 10/10/1960 e DS/CF, 753N.00/12-2160, "United States Consulate in Luanda, Foreign Service Despatch", 145, 21/12/1960), encontraremos como informante Gladwin M. Childs, missionário estadunidense em Nova Lisboa, e um pesquisador dileitante da história pré-colonial de Angola, especialmente no que se refere aos Estados ovimbundo do planalto central.

⁶⁷ DS/CF, 753N.00/9-861, "Telegram from the United States Mission on the United Nations Organization to the Secretary of State", 08/09/1961.

uma semelhança geral com a guerra popular prolongada não poderia ser pronta e decididamente desmentida, no caso das regiões controladas pela UPA, no início da década de 1960. É certo que isso também não implicava a existência de apoio militar ou técnico chinês, que só veio a se concretizar, e ainda assim em montantes irrisórios, em 1964.⁶⁸ Mas é patente que uma constelação de elementos simbólicos frequentemente intervinha nesse tipo de avaliação política feita por sujeitos estadunidenses, anuviando a possibilidade de uma ponderação estritamente racional.

Um caso interessante seria novamente fornecido pelos missionários protestantes. A embaixada dos Estados Unidos em Lisboa procurou o reverendo Theodore Tucker, do Conselho Mundial de Igrejas, na ocasião de uma visita sua à capital portuguesa. Tucker já havia colaborado, como vimos, na aproximação entre Roberto e o Departamento de Estado norte-americano. A relevância da conversa entre o sacerdote e os diplomatas reside na abundância inesperada de informações especializadas, obtidas graças às relações do missionário com o meio acadêmico:

Ele [Tucker] disse que logo antes de sua partida de Nova York havia tido uma longa conversa com o professor Melville J. Herskovits, eminentemente professor de Antropologia na Universidade do Noroeste, o qual havia acabado de completar um estudo sobre o nacionalismo africano para o Comitê de Relações Exteriores do Senado. O Dr. Tucker atestou que ele e o professor Herskovits concordaram que no presente momento parecia haver pouca probabilidade de qualquer irrupção nacionalista indígena dentro de Angola, principalmente devido à falta de uma consciência política generalizada por parte dos nativos e à ausência de qualquer líder político real em torno de quem eles pudessem cerrar fileiras. Há dois nacionalistas angolanos expatriotas [sic], entretanto, a quem ambos concordam que vale a pena observar: Mario Trindade [certa-

⁶⁸ DS/CF, POL 30-2 ANG. “Telegram From the Embassy in the Congo to the Department of State”, 14/01/1964, apud *FRUS*, 1964-1968, Washington, Department of State, 1999, v. XXIV: “Africa”. Mesmo aqui, a intenção principal parece ser a de chantagear a diplomacia norte-americana, já que Roberto afirma publicamente, através da imprensa, que considera aceitar o auxílio oferecido pela China. O resultado são pressões (aliás, inúteis) ordenadas pelo Departamento de Estado sobre o governo de Portugal, cujo conteúdo pode ser lido em DS/CF, POL 10 PORT/UN, “Telegram from the Department of State to the Embassy in Portugal”, 17/01/1964, apud *FRUS*, 1964-1968, v. XXIV: “Africa”.

mente Mário de Andrade], que se acredita estar vivendo agora em Conacri, e Roberto Holden, atualmente em Léopoldville.

O professor Herskovits afirmou que sempre suspeitara que Trindade era comunista. Em uma recente visita a Moscou para participar de uma conferência internacional de orientalistas, o professor Herskovits disse não ter ficado portanto surpreso ao vê-lo ali acompanhado de uma delegação de líderes políticos da Guiné.

O Dr. Tucker afirmou que em sua opinião Holden (também conhecido como John Gilmore) é mais moderado e possivelmente o mais influente dos dois. O Dr. Tucker afirmou que Holden havia estado recentemente nos Estados Unidos onde causou uma ‘boa impressão’. Ele é bakongo e tem estado ativo na busca de apoio não-comunista entre sua tribo para uma Angola africana independente.⁶⁹

O professor Herskovits não estava possivelmente no melhor de suas capacidades analíticas na altura: contrariando a “falta de uma consciência política generalizada” e a “ausência de qualquer líder político real”, a insurreição nacionalista em Angola estourou menos de um mês depois. Contudo, o aspecto mais impressionante dessa conversa são as evidências apresentadas para afirmar que Mário Pinto de Andrade era, de fato, como se suspeitava, comunista: visitar Moscou, na companhia de uma delegação da Guiné-Conacri. Infelizmente para Andrade, visitar Nova York alguns meses depois não favoreceu sua reputação nos meios governamentais estadunidenses. Holden Roberto, por sua vez, nunca foi a Moscou, embora já se tivesse feito acompanhar de líderes políticos guineenses, na ONU, em Nova York. Além disso, quando ele e seu então protegido, Jonas Savimbi, visitaram Belgrado, comunicaram antecipadamente aos norte-americanos, a fim, talvez, de evitar a possibilidade de uma quebra de confiança.⁷⁰

Durante o ano de 1961, as linhas da guerra fria foram lenta mas definitivamente desenhando-se ao redor de ambos os movimentos. En-

⁶⁹ DS/CF, 753N.00/1-861, “United States Embassy in Lisbon, Foreign Service Despatch”, 241, 08/01/1961, Enclosure 1: Memorandum of conversation. O original traz *expatriots* – a intenção deve ter sido escrever *expatriates* (“expatriados”), mas um possível ato falho fez com que o diplomata mesclasse a palavra com *patriots* (“patriotas”).

⁷⁰ DS/CF, 753N.00/9-261, “Telegram from the United States Embassy in Bern to the Secretary of State”, 02/09/1961.

quanto o apoio ao MPLA fluía quase exclusivamente através dos canais providos pelo governo da Guiné-Conacri, as relações entre Estados Unidos e a UPA ficavam cada vez mais íntimas.⁷¹ Em ambos os casos, esses apoios ainda não significavam uma ajuda considerável nem em termos financeiros nem em termos de treinamento ou material militar. Propiciavam, no entanto, a possibilidade da constituição de uma estrutura organizativa e do financiamento de quadros dedicados em tempo integral à atividade política nacionalista.⁷²

Já vimos que, em agosto de 1960, devido aos contatos estabelecidos com a embaixada chinesa em Conacri, uma delegação da FRAIN, incluindo Viriato da Cruz e Amílcar Cabral, realizou uma visita “de estudo e amizade” à China. Em janeiro de 1961, Viriato da Cruz fez nova viagem, desta vez à Tchecoslováquia e à Alemanha Oriental. Segundo Lúcio Lara,

É a primeira visita do MPLA a um país socialista com o objetivo de conseguirmos os apoios de que necessitávamos e que compreendiam a formação de quadros, apoio material e militar. Aí foram feitos os primeiros emblemas do MPLA.

Desses encontros resultou o ensino de alguns meios de segurança, a oferta de bolsas de estudos (inclusive para quadros da segurança) e a oferta das primeiras pistolas para proteção pessoal dos dirigentes.⁷³

Novamente, reflexos dessas viagens não aparecem na documentação do Departamento de Estado norte-americano. No que concerne aos interesses estadunidenses, a constatação da aproximação efetiva do MPLA com o chamado “bloco comunista” veio apenas em maio de 1961, quando a organização começou a assumir cada vez mais abertamente o suporte que recebia dos temidos inimigos da política externa dos Estados Uni-

⁷¹ A cooperação entre a República da Guiné e os governos da União Soviética e da China data do próprio processo de independência. A Guiné foi a única colônia francesa que se pronunciou pela separação imediata e incondicional da França no referendo de 1958; como represália, o governo francês buscou estrangular economicamente sua ex-colônia. A União Soviética absorveu a produção do principal produto de exportação, a banana, e a China apressou-se a fornecer arroz, base da alimentação, à nascente República da Guiné, salvando-a de um colapso. Benot, *Ideologias das independências africanas*, pp. 107-9.

⁷² Tali, *Dissidências*; Bittencourt, “‘Estamos Juntos’”.

⁷³ Lara, “Visita de Viriato da Cruz à Checoslováquia e à RDA [República Democrática Alemã]”, in *Documentos e comentários*, p. 536.

dos e os alinhamentos internacionais que esse suporte implicava. Uma entrevista concedida por Mário Pinto de Andrade para a Agência de Notícias Nova China provavelmente selou o destino das relações entre a organização e a potência ocidental. Segundo a agência, citada pelos oficiais consulares em Hong Kong, o presidente do MPLA afirmou que:

Os imperialistas americanos tinham um grande plano de intervenção em Angola... sabendo que os portugueses não conseguiriam manter por muito tempo os colonos em Angola os americanos prometeram ajudá-los, [porque] o imperialismo yanque tinha planos para os importantes recursos de Angola, especialmente o café (...).⁷⁴

Um pronunciamento como esse tornava uma tarefa espinhosa qualquer futura aproximação. De toda maneira, também nesta época os Estados Unidos já haviam estabelecido um relacionamento bastante sólido com a UPA de Holden Roberto.

De janeiro de 1961 em diante, Roberto se tornou um dos informantes-chave do Departamento de Estado dos Estados Unidos acerca dos eventos que se desenrolavam em Angola. De fato, o assalto às prisões em 4 de fevereiro não surpreendeu apenas o professor Herskovitz, mas todo o serviço diplomático norte-americano. As remessas consulares foram abandonadas por um curto espaço de tempo – telegramas foram usados como os principais meios de comunicação entre Luanda, Lisboa e Washington, na primeira semana após o ataque.⁷⁵ A possibili-

⁷⁴ DS/CF, 753N.00/5-2661, “Telegram from the United States Consulate General in Hong Kong to the Secretary of State”, G-286, 26/05/1961. Mário de Andrade já publicara um artigo na imprensa comunista na França, em setembro do ano anterior, representando o MPLA como uma organização marxista (Marcum, *The Angolan revolution*, v. I, p. 27, n. 41), mas não há registro dessa e de outras declarações semelhantes na documentação consultada. Também em setembro de 1960 outros membros do MPLA buscavam obter uma audiência com o então candidato à presidência dos Estados Unidos, John Kennedy, mas não foram atendidos. *Ibidem*, p. 94.

⁷⁵ DS/CF, 753N.00/2-461, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 72, 04/02/1961; DS/CF, 753N.00/2-461, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 453, 04/02/1961; DS/CF, 753N.00/2-661, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 78, 06/02/1961; DS/CF, 753N.00/2-661, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Lisbon”, 06/02/1961; DS/CF, 753N.00/2-761, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 467, 07/02/1961. Sobre a controversa participação do MPLA ou da UPA no incidente, ver Bittencourt, *Dos jornais às armas* e “‘Estamos juntos’”, pp. 69-78, mas cf. depoimentos de Lourenço Diogo Contreiras Neto e Mário Alcântara Monteiro in Mateus, *Memórias do colonialismo e da Guerra*, pp. 419-25 e 483-93.

dade de uma ligação do incidente com o seqüestro do navio português “Santa Maria” por quadros da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), comandados por um oficial da marinha que passara à oposição e ao exílio, o Capitão Henrique Galvão, ajudou a estabelecer o caos. Em 8 de fevereiro, após receber uma corrente de relatórios inconclusivos, o Secretário de Estado norte-americano telegrafou à embaixada em Lisboa e aos consulados em Luanda e em Lourenço Marques, pedindo o envio de qualquer nova informação disponível.⁷⁶

O consulado em Luanda respondeu da seguinte forma, exatamente uma semana após o ataque às prisões:

Nenhuma informação disponível quanto à identidade dos líderes. (...) O governo admite a possibilidade de os distúrbios terem sido organizados aqui por comunistas angolanos. Alguns africanos foram recrutados uma hora antes do ataque.

Possivelmente o incidente não está conectado ao SANTA MARIA, mas planejado para coincidir com a publicidade causada. Os líderes podem ser nacionalistas africanos sob a liderança ou com a assistência dos comunistas. A embaixada em Lisboa pode obter, quando forem conhecidos, os dados definitivos, já que as autoridades aqui devem se reportar a Lisboa e solicitar permissão para divulgar informações.⁷⁷

Novamente não sabemos com certeza se o cônsul dispunha de algum indício adicional ou estava simplesmente, apesar de suas próprias reservas, fiando-se no que lhe diziam as autoridades policiais portu-
gue-

⁷⁶ DS/CF, 753N.00/2-861, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Lisbon”, Washington, 08/02/1961. Galvão havia concebido um plano que iniciava com a tomada do navio, seguida de um ataque à guarnição espanhola na ilha de Fernando Pó (Bioko), no golfo da Guiné, onde os revolucionários esperavam angariar o apoio nativo e se municiar de armas pesadas e, possivelmente, aviões. Daí seguiriam para Angola, onde contavam com um levante local que lhes permitiria estabelecer um governo de Portugal no exílio. A operação foi, de forma muito lúcida, batizada de “Dulcinéia”. O navio foi tomado após sua escala em Curaçau, em 22 de janeiro, mas foi interceptado pelo comando naval dos Estados Unidos no Atlântico Sul e terminou aportando em Recife, sendo restituído à jurisdição portuguesa em 17 de fevereiro. A operação falhou em termos de objetivos militares, o que certamente já era esperado pelos seus comandantes, mas foi bem-sucedida em conseguir um estrondoso espaço na imprensa internacional. Henrique Galvão, *O assalto ao Santa Maria*, Porto, s.n., 1974, apud Amadeu José de Freitas, *Angola: o longo caminho da liberdade* (Lisboa, Moraes, 1975), pp. 67-75.

⁷⁷ DS/CF, 753N.00/2-1161, “Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State”, 90, 11/02/1961.

sas. A alegação de que a embaixada em Lisboa estaria em melhor posição para obter informações definitivas depõe a favor da hipótese de que o governo português (e a PIDE em particular) era o principal informante dos estadunidenses nesse caso. No entanto, apenas três horas mais tarde, o Conselheiro-Geral McIlvaine, da embaixada americana em Léopoldville, forneceria, antes de Lisboa, uma resposta considerada definitiva sobre quem havia organizado o fracassado levante de 4 de fevereiro:

Robert Holden, líder nacionalista da Union des Populations de l'Angola [em francês, no original], atribui incidentes em Luanda a uma minoria de militantes liderada por comunistas portugueses e pela organização rival Frain. Admite que alguns membros da UPA estão envolvidos mas diz que ele especificamente recusou várias semanas atrás solicitações para que a UPA emprestasse seu apoio a tentativas de libertar prisioneiros políticos.⁷⁸

Um outro encontro com Roberto aconteceria alguns dias depois. Embora o assunto principal fosse a concessão de bolsas de estudo nos Estados Unidos a militantes da UPA, a conversa descambou mais uma vez para os confrontos em Luanda:

Ele admite que muitos dos envolvidos nos assaltos às prisões eram membros da UPA, mas acredita que o principal ímpeto veio dos comunistas portugueses em Angola operando através da FRAIN (grupo nacionalista angolano rival apoiado pelos comunistas).⁷⁹

Já nessa ocasião, as autoridades estadunidenses se interessaram pela posição da UPA frente às rápidas reviravoltas políticas no Congo recém-independente. Para Roberto, era mesmo uma situação difícil. Sua

⁷⁸ DS/CF, 753N.00/2-1161, "Telegram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State", 1722, 11/02/1961. A resposta de Lisboa é típica: informa o envio de um alto oficial a Luanda para reunir as evidências já coletadas de participação comunista e estrangeira no levante. DS/CF, 753N.00/2-1761, "Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State", 505, 17/02/1961. Dias depois, em Luanda, o cônsul informou que havia nos meios oficiais tanto quem acreditasse numa ligação com o incidente do Santa Maria quanto quem apontasse para a UPA em Léopoldville. DS/CF, 753N.00/2-2061, "Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State", 102, 20/02/1961. A dianteira tomada por Roberto, entretanto, parece ter salvaguardado a UPA: os americanos ficaram com a versão apresentada por ele.

⁷⁹ DS/CF, 753N.00/2-1561, "United States Embassy in Leopoldville, Foreign Service Despatch", 512, 15/02/1961.

intensa atividade política na antiga colônia belga havia-se tornado possível, em certa medida, por suas relações com o Primeiro-Ministro eleito, Patrice Lumumba, do Movimento Nacional Congolês (*Mouvement National Congolais* – MNC), que disputava espaço político na capital com Joseph Kasavubu, da Associação dos Bakongo (*Association des Bakongo* – ABAKO), o qual, como pioneiro do nacionalismo, detinha o cargo mais ou menos honorário de presidente. É possível que Lumumba tivesse a esperança de ver diminuído o poder da ABAKO como resultado da divisão de sua base social, na medida em que os migrantes ou filhos de migrantes, provenientes do norte de Angola, em sua esmagadora maioria bakongo, se integrassem à UPA e desviassem sua atenção da política congoleza. Os líderes da ABAKO pagavam na mesma moeda, buscando dividir a base social potencial da UPA, mais estreita que a sua, através da Associação dos Conguenses de Expressão Portuguesa (NGWIZAKO).

Em conexão com as observações de Roberto sobre a oposição da ABAKO às atividades da UPA, é interessante notar que *Kongo Diето*, o jornal oficial da ABAKO, devota toda uma página escrita em kikongo de sua edição de 28 de janeiro de 1961 à NGWIZAKO e suas atividades. De acordo com Roberto, que traduziu diversos itens para este funcionário que relata, o jornal acusa “Sr. H. e Sr. L.” (i. e., Holden e Lumumba) de tentar vender o Congo aos comunistas e exalta as virtudes da NGWIZAKO e do Reino do Congo.⁸⁰

A rápida sucessão de eventos que deu início à chamada “crise do Congo” e resultou na deposição, prisão e assassinato de Lumumba significou, também, a remoção dos entraves ao poder da ABAKO, diante do que os problemas da UPA naturalmente se agravaram.⁸¹ Como explicou

⁸⁰ Ibidem. Lumumba já havia sido assassinado na ocasião, mas seu destino ainda era mantido em sigilo pelos seus executores. Nessa mesma época, a ABAKO trabalhava para criar seu próprio partido bakongo angolano, o Nto-Bako Angola. Marcum, *The Angolan revolution*, v. I, pp. 92-4.

⁸¹ Uma narrativa detalhada do primeiro ano da crise encontra-se em De Witte, *The assassination of Lumumba*. Análises sociais ou políticas mais gerais foram produzidas, ainda na década de 1960, por exemplo: Jitendra Mohan, “Ghana, the Congo, and the United Nations”, *The Journal of Modern African Studies*, 7, 3 (1969), pp. 369-406, e Georges N. Nzongola, “The bourgeoisie and revolution in the Congo”, *The Journal of Modern African Studies*, 8, 4 (1970), pp. 511-30. O papel da ONU e dos Estados Unidos no Congo foi discutido de forma cuidadosa por David N. Gibbs, “Dag Hammarskjöld, the United Nations, and the Congo Crisis of 1960-1: a reinterpretation”, *The Journal of Modern African Studies*, 31, 1 (1993), pp. 163-76; e “The United Nations, international peacekeeping and the question of ‘impartiality’: revisiting the Congo operation of 1960”, *The*

Roberto a um funcionário da embaixada estadunidense em Léopoldville, ainda em fevereiro de 1961:

Dentro do Congo, entretanto, ele [Roberto] está tendo uma quantidade crescente de problemas com a ABAKO, que novamente forçou o fechamento do escritório da UPA em Matadi, e com a contra-inteligência portuguesa. A primeira, que se opõe às aspirações da UPA quanto à independência angolana por serem um obstáculo ao seu próprio desejo de controlar a porção angolana do antigo Reino do Congo, vem acusando o próprio Roberto de favorecer Lumumba e os comunistas, enquanto a UPA vem sendo comparada desfavoravelmente com a NGWIZAKO, o movimento realista apoiado pelos portugueses que almeja a restauração do antigo reino. Ao mesmo tempo, a contra-inteligência portuguesa voltou suas atenções para a UPA, e Roberto relata que três novos agentes foram lotados na embaixada portuguesa em Léopoldville com a missão específica de seguir as atividades da UPA e procurar obstruí-las de todas as maneiras possíveis.⁸²

O líder da UPA jogava com os estadunidenses um jogo que lembra o *modus operandi* da própria diplomacia portuguesa até então: colocando-se como única alternativa conservadora à iniciativa nacionalista de suposta inspiração comunista, ele esperava atrair a cumplicidade da máquina diplomática mais poderosa do mundo e utilizar sua influência para perseguir seus próprios objetivos. E, ao que parece, a manobra foi bem sucedida.

A iniciativa da aproximação passou a ser, no início de 1961, dos norte-americanos. Quando Holden Roberto visitou Nova York, em março, para comparecer à sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que discutiria a questão angolana, o Departamento de Estado, através do Escritório para Assuntos Africanos, propôs um contato direto.⁸³

Journal of Modern African Studies, 38, 3 (2000), pp. 359-82. Ainda sobre a participação dos Estados Unidos, e o papel de Gana, ver Ebere Nwaubani, "Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis", *Journal of Contemporary History*, 36, 4, (2001), pp. 599-622.

⁸² DS/CF, 753N.00/2-1561, "United States Embassy in Leopoldville, Foreign Service Despatch", 512, 15/02/1961.

⁸³ DS/CF, 753N.00/3-1561, "Telegram from the Secretary of State to the United States Mission in United Nations Organization", Washington, 1717, 15/03/1961.

Roberto voltou a Léopoldville sem encontrar-se com ninguém no Departamento de Estado, mas informou à Missão dos Estados Unidos na ONU que estaria interessado em contatos futuros, e adiantou uma oferta: “ele esperava organizar um governo no exílio em Léopoldville ou Brazzaville para afastar a influência guineense sobre o grupo angolano em Conacri”.⁸⁴ Dois dias antes de seu retorno, uma ampla rebelião armada havia estourado no norte de Angola. Mas, enquanto a embaixada em Lisboa tinha que se basear na incerta imprensa portuguesa, controlada pela ditadura, para insinuar a responsabilidade da UPA pelo levante,⁸⁵ o Departamento de Estado não tinha dúvidas acerca dessa implicação. E, o que talvez fosse mais importante, subscrevia integralmente a tese da infiltração comunista e identificava a UPA como antídoto a essa ameaça:

(...) solicitamos que a embaixada [em Léopoldville] faça contato discreto com Holden em seu retorno. (...) Você pode dizer que concordamos com o ponto de vista expresso por Holden à Missão dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas sobre o perigo de um aumento na influência comunista se o mundo livre não pressionar por reformas nas províncias portuguesas.⁸⁶

⁸⁴ DS/CF, 753N.00/3-1661, “Telegram from the United States Mission in the United Nations Organization to the Secretary of State”, 2506, 16/03/1961.

⁸⁵ DS/CF, 753N.00/3-2061, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 631, 20/03/1961.

⁸⁶ DS/CF, 753N.00/3-2161, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Leopoldville”, 2057, 21/03/1961. O contato, em Léopoldville ou nas Nações Unidas, em Nova York, para onde Roberto se desloca com frequência, é intenso até meados de 1961. DS/CF, 753N.00/3-2361, “Telegram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State”, 2074, 23/03/1961; DS/CF, 753N.00/4-361, “United States Mission in the United Nations Organization, Foreign Service Despatch”, 1018, 03/04/1961; DS/CF, 753N.00/4-1161, “Telegram from the United States Mission in the United Nations Organization to the Secretary of State”, 2815, 11/04/1961; DS/CF, 753N.00/4-1361, “Telegram from the United States Mission in the United Nations Organization to the Secretary of State”, 2846, 13/04/1961 e DS/CF, 753N.00/4-2061, “Telegram from the United States Mission in the United Nations Organization to the Secretary of State”, 2945, 20/04/1961. Sobre Roberto, em geral esclarecimentos quanto à sua biografia ou posicionamento político, DS/CF, 753N.00/4-1761, “Telegram from the United States Embassy in Tunis to the Secretary of State”, 1219, 17/04/1961; DS/CF, 753N.00/4-2061, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 778, 20/04/1961; DS/CF, 753N.00/4-2061, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Luanda”, G-10, 20/04/1961; DS/CF, 753N.00/4-2161, “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Lisbon”, 614, 21/04/1961.

O sucesso da estratégia de Holden Roberto e o fracasso da estratégia portuguesa coincidem com o início da gestão de John F. Kennedy como Presidente dos Estados Unidos. De fato, a primeira intenção do novo presidente era tornar seu país mais atuante no processo de descolonização da África, de forma a evitar a criação de vácuos políticos a serem aproveitados pela União Soviética. De certo modo, era um diagnóstico estratégico compatível com as idéias professadas pelos próprios portugueses – entretanto, enquanto estes optavam pela repressão brutal ao nacionalismo nas colônias e buscavam a aliança do regime sul-africano de supremacia branca, a idéia de Kennedy era agir preventivamente na África, ganhando o apoio dos países emergentes de maioria negra, possivelmente com um objetivo colateral em relação ao controle do desenvolvimento da luta pelos direitos civis nos próprios Estados Unidos.⁸⁷

A pressão sobre Portugal buscou inicialmente os meios diplomáticos. Após o levante de fevereiro, os países africanos já independentes começaram a levantar o problema das colônias portuguesas na ONU, com a cumplicidade dos Estados Unidos, que inaugurou a estratégia de votar contra seu aliado na OTAN, no que dizia respeito a Angola. No início de março, com uma proposta de resolução encaminhada pela Libéria ao Conselho de Segurança, prestes a ser votada, o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa encontrou-se com o próprio António Salazar, enquanto o embaixador português em Washington, Luís Esteves Fernandes, teve uma audiência com o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk. Nesta conversa, o chanceler estadunidense afirmou a necessidade de os Estados Unidos agirem, em fóruns internacionais

⁸⁷ Dentro da própria diplomacia estadunidense havia um diferendo quanto à descolonização na África. Enquanto a corrente denominada “africanista” reivindicava um papel ativo de liderança para os Estados Unidos no processo, mesmo com o risco de algum estremecimento de relações com as potências coloniais, a perspectiva “europeísta” defendia a precedência da salvaguarda da aliança com a Europa Ocidental, corporificada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, sobre qualquer iniciativa diplomática no continente africano. Kennedy nomeou “africanistas” para cargos diplomáticos importantes, como o de embaixador nas Nações Unidas e o de Vice-Secretário de Estado, mas os “europeístas” contavam com a simpatia do Secretário de Estado e exerciam uma hegemonia incontestável na CIA e no Departamento de Defesa. Noer, *Cold War and black liberation*, pp. 62-7; Pinto, *O fim do Império português*, pp. 18-24; Luís Nuno Rodrigues, “About-face: the United States and Portuguese Colonialism in 1961”, *Electronic Journal of Portuguese History*, 2, 1 (2004), pp. 1-10.

como a ONU, de acordo com seus “princípios históricos” de defesa da autodeterminação dos povos, sem deixar de admitir o risco da penetração comunista “pelos flancos”, através, por exemplo, de sua associação com o “racialismo”. O embaixador português refutou decididamente qualquer possibilidade de que Portugal “desse algumas indicações [à ONU] do reconhecimento dos direitos dos povos da região a que se expressassem livremente”, conforme a proposta de Rusk. Ao contrário, Fernandes apontou o perigo de uma abertura do regime, usando o caso do próprio Congo como justificativa. Segundo ele, qualquer sinalização no sentido da autodeterminação em Angola a tornaria imediatamente foco de agitação – no Congo, o plano original belga de conceder a independência em cinco anos havia sido levado de enxurrada e resultara em uma independência-relâmpago, com conseqüências que considerava funestas para o Ocidente.⁸⁸

O encontro em Lisboa não foi mais produtivo. Segundo o embaixador norte-americano, Salazar se disse

(...) profundamente preocupado com a aparente falta de compreensão demonstrada pelos Estados Unidos quanto aos perigos que inquestionavelmente representam para o Ocidente as actuais políticas americanas para África (...) Os russos estão claramente a atacar Portugal através de África e parece que os americanos estão ingenuamente a fazer o jogo dos russos. Os Estados Unidos devem compreender, segundo Salazar, que é manifestamente impossível ser um aliado de Portugal na Europa e um inimigo de Portugal em África.⁸⁹

A recusa do governo português em considerar qualquer negociação ou reforma no estatuto colonial foi respondida pela administração Kennedy com uma estratégia mais agressiva, que envolvia considerar alternativas para a substituição do homem forte do regime português. O Ministro da Defesa Nacional português, Botelho Moniz, foi sondado pelo Embaixador Charles Elbrick e posto a par dos termos da iniciativa

⁸⁸ DS/CF, 753N.00/3-1061, “Department of State, Memorandum of conversation”, 10/03/1961.

⁸⁹ John F. Kennedy Library (doravante JFKL), *Lisbon 572* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 572, 07/03/1961], apud José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, [s.l.], Temas e Debates, 1996. pp. 210-2. A grafia portuguesa da tradução de Antunes foi mantida.

estadunidense de patrocinar uma distensão colonial. A resposta categoricamente negativa de Salazar fez o embaixador e o ministro darem passos mais arriscados. Moniz tentou mobilizar as Forças Armadas e parte da oposição para um golpe, com o aval da embaixada; Salazar foi mais rápido, demitindo o ministro e desarticulando a conjura.⁹⁰

A ditadura portuguesa adotou, em decorrência deste contexto hostil, uma política mais pragmática e bem mais agressiva: tentar coagir os Estados Unidos e outras potências europeias com ameaças de uma possível defecção da OTAN, assim como da não-renovação do contrato de aluguel aos Estados Unidos da base aérea dos Açores, que vencia em fins de 1962. Um intenso debate entre “africanistas” e “europeístas” teve lugar no Departamento de Estado norte-americano ao longo do ano de 1961, sendo o resultado final favorável aos “europeístas”, uma vez que a construção do muro de Berlim, a 13 de agosto, no contexto de uma Alemanha dividida, veio dar nova relevância estratégica à base.⁹¹

O ralentando da iniciativa africana de Kennedy deixou efetivamente um vácuo. Em fins de maio, a União Soviética tomou a iniciativa diplomática de associar a repressão colonial que se abateu sobre Angola à OTAN, buscando comprometer os Estados Unidos e as demais potências ocidentais com a absoluta impopularidade de Portugal nos meios diplomáticos africanos. O governo português, em face da ameaça de isolamento internacional, acionou o embaixador norte-americano em Lisboa, na esperança de proteger suas pretensões coloniais atrás da nítida influência dos Estados Unidos sobre o bloco “moderado” que acabara de se formar em Monróvia, na Libéria, como resposta ao bloco de Casablanca.⁹²

⁹⁰ JFKL, *Lisbon 564* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 564, 06/03/1961]; JFKL, *Lisbon 648* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 684, 28/03/1961]; JFKL, *Lisbon 693* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 693, 29/03/1961]; JFKL, *Lisbon 729* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 729, 09/04/1961]; JFKL, *Lisbon 748* [“Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 748, 14/04/1961], apud Antunes, *A guerra de África*, pp. 210-2; Rodrigues, “About-face”.

⁹¹ Pinto, *O fim do Império português*, pp. 16-9.

⁹² DS/CF, 753N.00/5-2761, “Telegram from the United States Embassy in Moscow to the Secretary of State”, 2946, 27/05/1961; DS/CF, 753N.00/6-361, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 969, 03/06/1961. Esse foi o início do progressivo isolamento mundial da ditadura portuguesa. Pinto, *O fim do Império português*, pp. 20-4.

Mas mesmo os países africanos “pró-ocidentais” se mostrariam difíceis de dissuadir. Antes, eles próprios pressionariam por soluções para o problema colonial que, conquanto fossem eminentemente conservadoras e gradualistas, representavam um passo que o governo português decididamente se recusava a dar. Por exemplo, em maio, o Chanceler da Libéria

(...) disse ao embaixador MATHEWS que o líder nacionalista angolano, Holden ROBERTO, quando esteve em Monróvia durante a Conferência de Monróvia expressou preocupação acerca do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – o movimento nacionalista angolano apoiado pelos comunistas que tem seu quartel general em Conacri. Grimes disse que Roberto temia que os portugueses não pudessem agüentar mais muito tempo em Angola e que uma retirada demasiado rápida dos portugueses poderia resultar em uma situação ainda pior do que a do Congo.

Grimes achava que as Nações Unidas poderiam resolver o problema aceitando a responsabilidade temporária sobre Angola e nomeando o Brasil como autoridade administrativa. Ele argumentou, como já fez em outras ocasiões, que as potências da OTAN deveriam fazer mais pressão sobre Portugal.⁹³

O argumento dos “moderados” de Monróvia era, em linhas gerais, o mesmo usado por Roberto, pelo Comitê Americano para a África e pelos “africanistas” do Departamento de Estado: se os americanos não liderassem ativamente a descolonização, a porta do radicalismo estaria aberta. Mas a decantada primazia lusa nas navegações rendeu frutos na forma de um ponto de apoio atlântico nos Açores, que os estrategistas militares dos Estados Unidos e da OTAN julgavam imprescindível na perspectiva de um confronto militar com a União Soviética.⁹⁴

Como reforço à sua posição, duas altas autoridades portuguesas acusaram ainda os Estados Unidos de conivência com o terrorismo, ao

⁹³ DS/CF, 753N.00/6-561, “United States Embassy in Monrovia, Foreign Service Despatch”, 392, 05/06/1961.

⁹⁴ A posição foi revertida na ONU a partir de 1962, do voto contrário a Portugal para a abstenção sistemática. França, Inglaterra e Alemanha Ocidental tenderam a votar a favor de Portugal, ou, em situações em que a discussão estava colocada inequivocamente em termos de apoiar ou rejeitar o colonialismo, a se abster. Noer, *Cold War and black liberation*, pp. 67-125; Pinto, *O fim do império português*, pp. 20-4; Rodrigues, “About-face”.

demonstrarem, através de Lisboa, estar perfeitamente cientes dos contatos de Holden Roberto, líder da “principal organização responsável pela onda terrorista em Angola”, com autoridades da embaixada estadunidense em Léopoldville:

Ambas as autoridades afirmaram que tinham razões para considerar o contato da embaixada americana com Holden como suspeito e hostil a Portugal, e apelam ao governo dos Estados Unidos para que instrua a embaixada em Léopoldville a se dissociar claramente de Holden e da UPA.⁹⁵

Os contatos diretos com Roberto em Léopoldville foram imediatamente suspensos.⁹⁶ Por outro lado, tais acusações acabaram por trazer à luz alguns fatos até então ocultos para os próprios diplomatas norte-americanos:

Em relação aos antecedentes desse tópico, é verdade que a Union des Populations d’Angola (UPA) [em francês, no original] esteve envolvida em recentes ações terroristas e que a Agência [Central de Inteligência] vem fornecendo a Holden Roberto, o líder da UPA, assistência financeira desde há alguns anos. O Departamento soube pela primeira vez dessa ligação em março passado, quando a Agência levantou a questão de saber se seria do interesse dos Estados Unidos apoiar a própria UPA. (...) Depois de novas discussões entre representantes do Departamento e representantes da Agência, foi decidido que não era necessário que a Agência adiantasse a Roberto quaisquer fundos além dos “fundos de subsistência” que ele tem recebido.⁹⁷

A CIA conseguiu fazer com que esses fundos fossem canalizados por fontes não rastreáveis por volta de junho.⁹⁸ Mas o aspecto mais

⁹⁵ DS/CF, 753N.00/5-161, “Telegram from the United States Embassy in Lisbon to the Secretary of State”, 820, 01/05/1961.

⁹⁶ DS/CF, 753N.00/5-361, “Telegram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State”, 2278, 03/05/1961. Em meados de maio, o Embaixador no Congo conseguiu organizar o contato com o líder da UPA através de terceiros. DS/CF, 753N.00/5-1361, “Telegram from the United States Embassy in Léopoldville to the Secretary of State”, 2321, 12/05/1961.

⁹⁷ JFKL, National Security Files, Country Series, Angola, 1-61-6/61, “Letter from Roger Hilsman Jr. (Bureau of Intelligence and Research) to McGeorge Bundy, President’s Special Assist to National Security Affairs”, Washington, 23/05/1961, apud *FRUS*, 1961-1963, Washington, Department of State, 1995, v. XXI: “Africa”.

⁹⁸ Department of State, INR/IL Historical Files, “Memorandum from the Secretary of State to the Deputy under Secretary of State for Political Affairs”, Washington, 18/06/1961, apud *FRUS*, 1961-

interessante desse documento é sua revelação de que o apoio financeiro da CIA à UPA havia começado “alguns anos” antes de 1961, mesmo que as mais altas autoridades no Departamento de Estado estivessem ignorantes desse fato.⁹⁹ Ainda que, mesmo agora, a ajuda não fosse significativa, ela havia certamente contribuído para a profissionalização de Roberto, enquanto nacionalista em tempo integral no final da década de 1950, algo que os membros da direção do MPLA só conseguiram em meados de 1960, através do apoio obtido por intermédio da Guiné-Conacri.

Por outro lado, foi de fato muito significativo o apoio diplomático que os Estados Unidos deram a Roberto e à UPA, quando o MPLA se transferiu para Léopoldville, em outubro de 1961.

O Departamento está crescentemente preocupado pelo número de relatórios de fontes de inteligência que indicam que o líder da UPA Holden Roberto está em uma situação desesperadora e seriamente ameaçado de perder o controle do movimento nacionalista angolano para elementos mais radicais que são hostis ao Ocidente. A CIA relata que a organização MPIA [sic] está se mudando para Léopoldville e que eles estão sendo apoiados por elementos aliados a Gizenga, com a intenção de depor Roberto. O Departamento considera Roberto um genuíno nacionalista não-comunista e acredita que seu controle continuado do movimento nacionalista angolano está de acordo com o melhor de nossos interesses. (...)

O Departamento considera que seria útil para Roberto e Adoula se este fosse informado de que os Estados Unidos consideram Roberto como o líder do genuíno movimento nacionalista angolano.¹⁰⁰

1963, v. XXI: “Africa”; Department of State, INR/IL Historical Files. “Memorandum from the Deputy under Secretary of State for Political Affairs to Roger Hilsman Jr., Bureau of Intelligence and Research”, Washington, 17/07/1961, apud *FRUS*, 1961-1963, v. XXI: “Africa”.

⁹⁹ Esse fato permaneceu secreto mesmo após as investigações do Congresso dos Estados Unidos, em 1976. Como a maioria dos autores baseou-se nos documentos da investigação, o início do apoio dos Estados Unidos a Roberto ou à UPA é sempre datado de 1961.

¹⁰⁰ DS/CF, 753N.00/10-561. “Telegram from the Secretary of State to the United States Embassy in Leopoldville”, 05/10/1961, apud *FRUS*, 1961-1963, v. XXI: “Africa”. A informação é confirmada por DS/CF, 753N.00/10-1261 “Airgram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State”, 12/10/1961. Antoine Gizenga havia sido um aliado de Lumumba e, após a morte deste, buscava gerir a herança política lumumbista, de grande apelo popular, a partir de uma das províncias do Congo, contra o triunvirato que se estabelecera na capital, composto pelo Presidente Joseph Kasavubu, pelo novo Primeiro-Ministro, Cyrille Adoula, e pelo Chefe do Exército, Joseph-Désiré Mobutu. Nos anos seguintes, este último buscou concentrar progressivamente o poder em suas próprias mãos, o que obteve em 1965, após eliminar as ameaças separatistas que haviam irrompido logo após a independência.

O que impressiona nesse evento não é tanto a intimidade da diplomacia estadunidense com o núcleo do governo congolês, mas o grau em que ela estava disposta a ir para defender Roberto e a UPA, um grau certamente proporcional ao nível de ameaça que as autoridades dos Estados Unidos sentiam representar uma eventual hegemonia do MPLA sobre o conjunto do movimento nacionalista angolano. Para esclarecer um pouco mais a natureza dessa ameaça, é interessante acompanhar o relato da conversa do Embaixador com o Primeiro-Ministro do Congo:

Disse que tinha (...) de transmitir-lhe informações que eu sentia poder afetar a segurança de seu próprio governo. Não estávamos nos opondo a Portugal nessa questão mas não seria do interesse de Portugal nem do de Adoula nem do nosso que o comunismo tomasse o controle do movimento nacionalista angolano. (...)

Tive o cuidado de não consagrar Roberto como o portador por excelência dos interesses dos Estados Unidos, antes disse que o considerávamos um nacionalista mais *bonafide* [em latim, no original] que seus opositores comunistas.¹⁰¹

O cuidado em não se comprometer demasiado com Roberto, que faz com que as formulações difiram entre os dois documentos, não chega a pôr em causa o fato de que a UPA contou, desde então, com o apoio inequívoco da poderosa política externa norte-americana. Efetivamente, o MPLA enfrentou incontáveis dificuldades enquanto esteve estabelecido em Léopoldville. Muito embora diversos problemas internos tenham perturbado a organização, o contínuo boicote encampado pelo governo congolês foi um obstáculo de monta e contribuiu enormemente para a inoperância política e militar do MPLA no período. Não fosse o movimento revolucionário que tomou a margem oposta do lago Malebo, em 1963, tornando Brazzaville um novo centro da política radical africana, e a nova sede de um combalido MPLA, a organização certamente definharia na imobilidade.

¹⁰¹ DS/CF, 753N.00/10-1261. "Telegram from the United States Embassy in Leopoldville to the Secretary of State", 12/10/1961.

Conclusões

Uma leitura detalhada e cuidadosa da documentação produzida pelos funcionários da diplomacia norte-americana a respeito dos movimentos nacionalistas em Angola pode ajudar a esclarecer o processo complexo de formação das alianças internacionais que contribuíram para determinar as características da independência da antiga colônia portuguesa. Uma observação que ressalta é o fato de que diversos atores políticos em campo tentavam condicionar o comportamento dos Estados Unidos em termos de posições diplomáticas ou financiamento de atividades – utilizando-se para isso da ameaça do comunismo como principal aspecto mobilizador. Em grande medida, essa tentativa teve resultados concretos – bastante relativos, no caso da ditadura portuguesa; mais significativos, no caso da UPA, de Holden Roberto.

A maneira pela qual a informação de que se serviam os formuladores da política externa estadunidense era produzida e veiculada – sendo os principais canais as autoridades coloniais, administrativas ou repressivas, a imprensa fortemente censurada pela ditadura salazarista, os missionários protestantes, os funcionários consulares de outros países europeus e, mais tarde, o próprio Holden Roberto – certamente condicionou a avaliação de que o MPLA representava desde o início uma importante ameaça a uma futura hegemonia ocidental sobre o governo de Angola independente. Além disso, ao proceder à apreciação dos atores políticos em campo, os diplomatas estadunidenses baseavam-se em evidências díspares e extremamente subjetivas (tais como ser ateu, ter contato diplomático com países comunistas ou não-alinhados, ter sido preso por órgãos de repressão de uma ditadura de inspiração fascista e escrever em panfletos palavras suspeitas como “imperialismo”) para determinar se um dado nacionalista ou organização era comunista ou pró-ocidental – conceitos essencializados e concebidos obviamente como opostos e auto-excludentes.

O resultado foi uma profunda aversão ao MPLA e a escolha incondicional, já em fins de 1960, da UPA e de Holden Roberto como aliados exclusivos e confiáveis. Embora não tenha havido um apoio direto em termos de dinheiro ou armas que possibilitasse à UPA enfrentar militarmente de forma mais ativa o colonialismo português, de resto

apoiado pela OTAN, sob a complacência da administração americana, as *démarches* dos diplomatas estadunidenses para assegurar a hegemonia de Roberto no quadro do nacionalismo angolano e para cercar a liberdade de movimentos de seus rivais são um indicativo claro de que os Estados Unidos haviam tomado partido em Angola. As enormes dificuldades enfrentadas pelo MPLA durante sua estada em Léopoldville ganham um novo colorido, quando percebidas sobre o fundo das manobras da diplomacia estadunidense junto aos líderes congolezes Cyrille Adoula e a Joseph-Désiré Mobutu, e podem ajudar a entender o início do relacionamento duradouro que se estabeleceu entre este e Roberto.

Esse tipo fervoroso e quase supersticioso de anticomunismo professado nos meios diplomáticos estadunidenses pode ser identificado em alguns outros momentos da descolonização africana, como, por exemplo, a demonização do Primeiro-Ministro argelino, Ahmed Ben-Bella, já referida, bem como a tolerância (e mesmo o modesto apoio) do Departamento de Estado à FRELIMO, sob a liderança de Eduardo Mondlane, cuja formação universitária tinha sido feita nos Estados Unidos, com apoio metodista. Apesar de se corresponder ativamente com os nacionalistas do MAC, de ter filiado seu movimento à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), sucedânea da “comunista” FRAIN, e de solicitar apoio em armas à China e à União Soviética, Mondlane tinha um bom trânsito entre os oficiais do Departamento de Estado e impressionava por seu anticomunismo.¹⁰² É possível que a pesquisa de arquivo possa multiplicar os exemplos; de toda forma, as análises ensaiadas aqui servem de advertência de que, ao estudar as determinações internacionais sobre a descolonização africana (e talvez sobre o movimento não-alinhado, ou sobre as ditaduras militares na América Latina), é preciso escrutinar as representações das autoridades diplomáticas estadunidenses sobre os atores sociais e políticos estrangeiros, e não tomá-las como necessariamente realistas, uma vez que fatores bastante impressionistas e subjetivos se mostram tão imbricados no cálculo político. Uma abordagem desse tipo poderia talvez levar a perceber o modo como, durante a guer-

¹⁰² Noer, *Cold War and black liberation*, p. 68 e *passim*.

ra fria, a diplomacia dos Estados Unidos inventou, de certa maneira, seus próprios inimigos, e com isso abriu ao protagonismo soviético o espaço que buscava, a todo custo, bloquear.

Texto recebido em 08/03/08 e aprovado em 17/08/08.

Resumo

Este artigo procura analisar a maneira pela qual o Departamento de Estado dos Estados Unidos avaliou os dois principais movimentos de libertação angolanos entre 1960 e 1961, definindo em um curto período de tempo qual merecia seu apoio, por ser “pró-ocidental”, e qual devia ser combatido de todas as formas possíveis, por ser “comunista”. Refutando a noção disseminada segundo a qual o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) era, já desde então, ligado à União Soviética e a outros países do chamado “bloco comunista”, este artigo procura demonstrar como as fontes de informação utilizadas – além de uma série de fatores impressionistas e subjetivos, no quadro de um anticomunismo exacerbado e pouco realista – incidiram sobre as percepções das autoridades diplomáticas estadunidenses, contribuindo para estabelecer um sistema de alinhamentos entre os movimentos de libertação e os lados da Guerra Fria que perduraria por quase três décadas.

Palavras-chave: Angola – Estados Unidos – movimentos de libertação – anticomunismo

Abstract

This paper aims at analyzing how the State Department of the United States assessed the two main Angolan liberation movements between 1960 and 1961, and how it decided, in a short timespan, which deserved its support, for being “pro-Western”, and which was to be fought by all possible means, for being “communist”. Rebuffing the spread notion according to which the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) was, as early as then, linked to the Soviet Union and other countries from the so-called “Communist bloc”, this paper seeks to demonstrate how the sources of information used - as well as a host of impressionistic and subjective issues, framed by an exacerbated, and somewhat unrealistic, anticomunism - influenced the United States diplomatic officers’ perceptions, contributing to establish a system of alignments between the liberation movements and the Cold War divides which would last for almost thirty years.

Keywords: Angola – United States – liberation movements – anticomunism